



Pequenos partidos buscam saída para sobreviver à cláusula de barreira

PÁGINA 5



Mudanças devem viabilizar parcerias

PÁGINA 8



Ministro vai à CAS discutir denúncia sobre o Bolsa-Família

PÁGINA 11

Apontada como passo inicial para superar atraso tecnológico, proposta começa a ser debatida no Senado

Lei abre pesquisa para além dos muros das universidades públicas

PÁGINA 3

Governo pode ser obrigado a manter creche e pré-escola

Comissão de Justiça do Senado aprova proposta que torna dever do Estado oferecer escola pública e gratuita para crianças de até 6 anos de idade.

PÁGINA 7

Projeto exige que motorista acenda faróis durante o dia

Obrigações se aplica a tráfego em rodovias, segundo projeto de lei aprovado pelo Senado. Objetivo é aumentar visibilidade do veículo e evitar acidentes.

PÁGINA 6

— cidadania

Cuidado com doenças que os animais transmitem

Companhia do homem há milênios, animais como cães e gatos minimizam a solidão e ajudam no desenvolvimento das crianças. Mas podem, também, transmitir doenças, expondo seus donos ao perigo. O *Especial Cidadania* mostra como evitar riscos.

PÁGINA 16

ANTÔNIO GAUDÉRIO/FOLHA IMAGEM



Senado discute novos caminhos para a aviação civil

No momento em que a aviação civil enfrenta, no Brasil e no exterior, uma das mais graves crises, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado dá

início à discussão do projeto que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Na prática, o Comando da Aeronáutica deixará de regular as atividades do setor.

PÁGINA 4

PALOCCI

Plenário solicita ao ministro da Fazenda informações quanto a um possível esquema de sonegação de CPMF.

PÁGINA 6

CPI DA TERRA

Suposto vazamento de informações sigilosas da CPI deve ser analisado pelo Conselho de Ética.

PÁGINA 11

ÁGUA

Plenário aprova projeto que muda aplicação de valores arrecadados com uso de recursos hídricos e com aplicação de multa.

PÁGINA 6

CÂNCER

Embalagem de roupas íntimas pode conter mensagem de advertência.

PÁGINA 6

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
FRASES	Página 13
CONHEÇA O SENADO	Página 15

agenda

Comissões

Não estão previstas reuniões das comissões permanentes da Casa para esta semana. No próximo dia 3, quando o Plenário retoma as votações, os colegiados voltam a se reunir para discutir as seguintes propostas:

ASSUNTOS ECONÔMICOS

Cobrança – Permite que municípios contratem instituições financeiras privadas para a cobrança de suas dívidas ativas, recebendo em troca uma antecipação do valor dos créditos (PRS 57/03). A intenção é diminuir a inadimplência. **Autor:** senador Sérgio Cabral. **Relator:** senador Jonas Pinheiro.



Cheques – Projeto determina que a ação de execução de cheques será no local da emissão do talão (PLS 345/03).

Atualmente, se um cheque é devolvido por insuficiência de fundos, a pessoa que o recebeu terá que se deslocar até a cidade que o mesmo foi emitido. **Autor:** senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO). **Relator:** senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Dedução – O projeto permite a dedução integral das despesas de educação, na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (PLS 81/02). **Au-**

tor: então senador Carlos Wilson (PTB-PE). **Relator:** senador Pedro Simon (PMDB-RS).

EDUCAÇÃO

Fundef – Proposta em tramitação na comissão dispõe sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para erradicação do analfabetismo (PLS 33/03). **Autor:** senador Valdir Raupp (PMDB-RO). **Relator:** senador Duciomar Costa (PTB-PA).

Rádiodifusão – Constan ainda na pauta da comissão projetos de decreto legislativo (PDLs) que tratam da outorga e renovação de concessão para a exploração de serviços de radiodifusão.

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Crimes contra o sistema financeiro – Tramita na comissão projeto que pune com maior rigor os crimes contra o sistema financeiro nacional (PLS 170/04). O projeto altera dispositivo da Lei do Colarinho Branco e prevê de três a 12 anos de reclusão para quem gerir fraudulentamente instituições financeiras. **Autor:** Ramez Tebet (PMDB-MS). **Relator:** Maguito Vilela (PMDB-GO).

Plenário

Em função do segundo turno das eleições municipais, não estão previstas votações de projetos nas sessões desta semana. De caráter não deliberativo, elas se destinam aos pronunciamentos dos parlamentares, comunicados da Mesa diretora e leitura de projetos. De segunda a quinta, o Plenário inicia os trabalhos às 14h30. Na sexta, a sessão tem início previsto para as 9h. As votações serão retomadas a partir de 3 de novembro, quando os senadores, após o exame das medidas provisórias que trancam a pauta do Plenário, analisam as seguintes proposições:



Transparência – O primeiro da pauta do Plenário é o projeto (PLS 130/03) que obriga o poder público a divulgar em tempo real informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito

Federal e dos municípios. A intenção da proposta é garantir transparência à administração pública para a prevenção e combate da corrupção. **Autor:** senador João Capiberibe (PSB-AP). **Relator:** senador Demostenes Torres (PFL-GO).

Hemoderivados – Proposta (PLC 58/04) autoriza o Executivo a criar a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Tecnologia (Hemobrás). Vinculada ao Ministério da Saúde, a empresa teria a função de garantir o fornecimento de produtos hemoderivados ou produzidos por Biotecnologia aos pacientes do Sistema Único de Saúde. **Autor:** Poder Executivo.

Fundef – O Plenário discute, em primeiro turno, proposta (PEC 29/02) que duplica o prazo da

vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) será discutido em primeiro turno durante a semana. **Autor:** então senador Francisco Escórcio. **Relator:** senador José Jorge (PFL-PE).

Idosos – Sessões de discussão, em primeiro turno, da proposta que obriga o pagamento em espécie das obrigações devidas aos idosos, sem a expedição de precatórios (PEC 1/03). **Autor:** senador Maguito Vilela (PMDB-GO). **Relator:** senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Cultura – Consta ainda na pauta proposição que cria o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual (PEC 57/03). A iniciativa vai buscar o desenvolvimento cultural do país e a integração das ações do poder público que promovem defesa do patrimônio cultural brasileiro, a formação de pessoal qualificado para a gestão cultural, entre outros. **Autor:** deputado Gilmar Machado (PT-MG). **Relator:** Marcelo Crivella (PL-RJ).

Exploração sexual – Os senadores também examinam projeto que busca atualizar legislação relativa a crimes de exploração sexual (PLS 253/04). Entre as mudanças está a inclusão da violência sexual contra pessoas do sexo masculino no crime de estupro. **Autor:** CPI da Exploração Sexual.

Pedofilia – Outra proposta em análise é a que torna mais clara a lei contra a distribuição de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes por meios de comunicação ou pela Internet (PLS 255/04). O texto, que acrescenta como crime o ato de fotografar cenas pornográficas ou de sexo explícito com menores de idade, visa evitar a ambigüidade da legislação atual. **Autor:** CPI da Exploração Sexual.



Plenário terá agenda extensa, com três MPs, três projetos em regime de urgência e quatro PECs

Senado retoma votações na próxima semana

O Senado realiza nesta semana apenas sessões plenárias não deliberativas – destinadas a pronunciamentos de senadores, comunicados da Mesa e leitura de projetos, sem a votação de matérias. As sessões deliberativas serão retomadas no dia 3 de novembro, após o segundo turno das eleições municipais, no domingo (31).

Quando retomarem as votações, os senadores terão uma pauta extensa que inclui medidas provisórias (que devem ser apreciadas em primeiro lugar), três projetos de lei que tramitam em regime de urgência e quatro propostas de emenda à Constituição (PEC), além de projetos ordinários.

Após a votação das medidas provisórias, o primeiro item é

o projeto de lei complementar (PLS 130/03) que obriga o poder público a divulgar na Internet informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. De autoria do senador João Capiberibe (PSB-AP), a matéria está sendo chamada de “Projeto Transparência” e é um dos que receberam urgência para ser votados no Plenário.

Os outros dois são o PLC 58/04, que autoriza o governo federal a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) – que vai produzir derivados de sangue, como os usados por hemofílicos – e o PLS 211/02, que autoriza o governo a abrir uma unidade

de Colégio Militar em Boa Vista (RR). Atualmente existem estabelecimentos desse tipo em 12 cidades brasileiras, sendo que apenas um está na Região Norte (em Manaus). O projeto é de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).

Entre as PECs, as que estão com tramitação mais adiantada são a de número 29/02, que amplia até 2016 a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), e a 01/03, que determina que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios. Ambas terão a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno.

Três medidas provisórias trancam a pauta do Plenário

Na retomada das sessões deliberativas, em novembro, a pauta do Senado estará trancada por três medidas provisórias (MPs), aprovadas pelos deputados na semana passada. Por terem sido editadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva há mais de 45 dias, as MPs chegam ao Senado já obstruindo a pauta.

As duas primeiras da lista são complementares. A MP 193/04 autoriza a União a repassar R\$ 900 milhões para os estados, como forma de compensar os que deixam de arrecadar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de produtos de exportação. A segunda MP (194/04) abre crédito de R\$ 900 milhões, no Orçamento da União, para transferência de recursos autorizada pela Medida Provisória 193/04.

A terceira matéria (MP 195/04) fixa novo prazo para que os aparelhos de televisão vendidos no país contenham dispositivo eletrônico capaz de bloquear, previamente, a recepção de programas. A data será estipulada em regulamento do Executivo e não poderá ser posterior a 31 de outubro de 2006.

O número de medidas provisórias no Senado pode aumentar se a Câmara realizar sessões de votação esta semana. Quinze MPs estão trancando a pauta naquela Casa e o

presidente João Paulo Cunha informou que pretende agilizar as votações. Ele avisou que vai descontar o dia dos deputados ausentes. Na quinta-feira (21) a medida foi posta em prática, depois de a sessão ser encerrada em razão de falta de quórum mínimo de 257 deputados para as votações.

Mais MPs chegarão à Câmara dos Deputados

Até o dia 8 de novembro, outras seis medidas provisórias passarão a obstruir os trabalhos na Câmara, e, até o fim do mês, mais sete terão o prazo de votação vencido.

Pela Constituição, as MPs têm força de lei e valem por 60 dias, podendo ser prorrogadas uma vez por igual período. Se em 45 dias o Congresso não tiver concluído a votação da MP, ela passa a trancar a pauta da Casa em que estiver tramitando.



João Paulo Cunha, presidente da Câmara, promete agilizar votações

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA Texto em exame no Senado tem apoio de cientistas, mas empresários sugerem mudanças

Proposta pode tirar o Brasil do atraso no setor de pesquisa

O projeto de lei de Inovação Tecnológica, aprovado em julho deste ano na Câmara, começa agora a ser discutido no Senado, onde será relatado na Comissão de Educação pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES). Entre as medidas voltadas para estimular a pesquisa no país, a proposta abre caminho para que pesquisadores de instituições públicas de ciência e tecnologia possam atuar, também, em empresas privadas e permite que essas instituições compartilhem laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com empresas nacionais.

O presidente da Comissão de Educação (CE), Osmar Dias (PDT-PR), elogiou a iniciativa, destacando o dispositivo que permite que os institutos de pesquisas cedam seus direitos sobre a criação para que o autor do projeto exerça esses direitos em seu próprio nome e sob a sua inteira responsabilidade.

– Hoje, existe uma limitação à atividade do pesquisador, que acaba obrigado a trabalhar com exclusividade para o governo, diante dos entraves para que ele possa desenvolver o seu trabalho em empresas – diz Osmar Dias.

Para o presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia



Matéria já aprovada pela Câmara será relatada na CE por Gerson Camata



Osmar Dias observa que, atualmente, há limitação à atividade do pesquisador



Iniciativa dará ao país medidas adotadas com êxito em várias nações, diz Hélio Costa

da CE, Hélio Costa (PMDB-MG), o projeto dotará o Brasil de medidas já aplicadas com êxito nos Estados Unidos e em nações européias.

– Nesses países, o pesquisador participa de projetos em empresas privadas e ele mesmo registra a sua patente, o que cria estímulo à inovação – disse Hélio Costa.

Redução de distorções com gastos

Ao buscar uma maior integração entre o setor público e empresas, o projeto tem como objetivo diminuir uma distorção

que ocorre hoje no país: os gastos em pesquisa e desenvolvimento estão concentrados no poder público (60%), enquanto as empresas executam 40% das despesas. Nos países que mais registram pedidos de patentes, como os Estados Unidos, o setor privado aplica 60% dos gastos em pesquisas.

De acordo com o consultor do Senado Márcio de Oliveira Júnior, “há um descasamento entre a produção acadêmica brasileira e os depósitos de patentes feitos em 2003 junto ao Tratado de Cooperação de Patentes, que possibilita esse tipo de registro em 123 países”. O Brasil fica atrás de países como a China,

Índia, África do Sul e Cingapura, quando se compara o número de pesquisas importantes concluídas e os pedidos de patentes.

Hélio Costa defendeu a necessidade de maior investimento em pesquisa no país. Nesse sentido, apresentou um projeto criando o Instituto Nacional de Pesquisa, que seria financiado com recursos das instituições de ensino particulares. Ele propõe ainda que o governo invista mais na área, lembrando que o país conta com empresas respeitadas internacionalmente, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O parlamentar lamenta que esses órgãos sofram limitação de recursos.

Dirigentes querem mais atenção à área produtiva

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Rodrigo da Rocha Loures, que também é coordenador do fundo setorial Verde Amarelo, do governo federal, acha que a proposta da nova Lei de Inovação Tecnológica “dá pouca atenção ao setor produtivo”.

– A proposta está ainda muito centrada na capacitação do setor público, universidades e centros de pesquisa. Já é um começo, mas é preciso uma legislação que contemple mais as empresas, principais agentes da inovação.

O dirigente da Fiep acredita que o debate no Senado em torno da nova lei corrigirá as eventuais distorções. A seu ver, além de uma lei mais voltada para as empresas, é preciso mecanismos que façam a legislação funcionar.

– A inovação é fundamental e o destino do país está na capacidade da nação inovar, de forma abrangente, em todos os campos: gerencial, tecnológico, organizacional.

Relevância da subvenção econômica

Acompanhando a posição do representante da Fiep, o presidente da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Pro-

tec), Roberto Nicolsky, argumenta que apenas em um artigo (o 19) o projeto “se preocupa em fomentar a ação direta das empresas no seu próprio desenvolvimento tecnológico”.

– A figura relevante criada por esse artigo é a da subvenção econômica, que restabelece a verdadeira destinação dos recursos recolhidos a partir das diversas

leis que criaram os fundos setoriais, e que hoje compõem o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia

Entretanto, Nicolsky considera

que essa “não está bem balizada no texto, tanto na contrapartida exigida, quanto no mínimo de aplicação nessa modalidade, remetendo-o à regulamentação”.

– Dependendo da demora da regulamentação e do seu teor, esse importante mecanismo pode vir a ser frustrado e, por isso, melhor seria que a própria lei definisse, pelo menos, os parâmetros mínimos, tornando-os auto-aplicáveis.

O dispositivo que obriga o poder público a dar preferência nas compras às empresas que promoverem o seu desenvolvimento tecnológico foi elogiado por Nicolsky, mesmo com a ressalva de que o tema “mereceria um artigo completo”.



Principais pontos do projeto

✓ Os institutos de ciência e tecnologia (ICTs) poderão compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com empresas nacionais (inclusive microempresas e empresas de pequeno porte) e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para a pesquisa

✓ Os institutos de ciência e tecnologia ficam autorizados a celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por eles desenvolvidos

✓ Os pesquisadores terão participação nos ganhos econômicos das ICT resultantes de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida da qual tenham sido inventores, obtentores ou autores

✓ Fica facilitado o trânsito de pesquisadores entre instituições de ciência e tecnologia. Eles poderão se afastar para prestar colaboração em outra ICT, sendo que ficam garantidas as suas vantagens pecuniárias durante o prazo em que estiverem cedidos

✓ O projeto permite que o servidor desenvolva atividade empresarial, podendo, inclusive, ocupar cargos de gerência em empresas

✓ Serão removidos impedimentos legais de intercâmbio de pessoal, uso de equipamentos e conhecimentos com o objetivo de reduzir os obstáculos à formação de redes de centros de pesquisa e universidades e de promover a parceria entre instituições públicas e privadas

✓ O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico passará a contar com categoria específica e percentual mínimo para financiar pesquisas em empresas nacionais e nas entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para pesquisa

Necessidade de se conceder maior apoio às empresas

O diretor-executivo da Agência de Inovação da Universidade de Campinas (Unicamp), Roberto Lotufo, considera o projeto de Lei de Inovação Tecnológica “importante instrumento de estímulo no ambiente universitário, no meio empresarial e no relacionamento entre universidade e empresas”. Lotufo observa, entretanto, que esse instrumento não pode ser visto como o único caminho para que o país prospere nessa área.

– Não podemos esperar que a lei, por si só, possa compensar o nosso atraso no desenvolvimento tecnológico, mas certamente será um passo no caminho certo – defende Lotufo. Ele lembra que, ao longo de sua história, a Unicamp tem se destacado no estímulo à inovação tecnológica, entre outras ações, pela proteção de sua propriedade intelectual, iniciada no fim da década de 80.

– A lei em discussão vem ajudar na regulamentação nessa área e estimular que os centros de pesquisa explicitem suas políticas de inovação e se relacionem mais com as empresas – acredita o diretor da Unicamp. Lotufo ressalta que, apesar de a lei de inovação focar mais o estímulo dessas mudanças nas universidades e nos institutos de pesquisa, “é importante ter em mente que a inovação se dá, primordialmente, no ambiente empresarial”. Para Roberto Lotufo, “é nessa área que precisamos avançar mais”.

Risco de obstáculos na execução

A posição do representante da Unicamp é reforçada pelo consultor do Senado Márcio de Oliveira Júnior, em seu trabalho sobre o projeto de Lei de Inovação Tecnológica.

– O intercâmbio entre os institutos de ciência e tecnologia e empresas, que o texto pretende estimular, seria bem mais eficaz caso as empresas fizessem investimentos em inovação – afirma o consultor.

A situação de assimetria de informação hoje verificada – as instituições de pesquisas com bastante conhecimento e as empresas sem estímulo nessa área – pode não oferecer os resultados esperados na parceria proposta, adverte o consultor. “A inovação requer o trabalho conjunto de empresas, da academia e do governo”, defende Oliveira Júnior.

Na opinião do consultor, mesmo representando um avanço, a proposta em discussão enfrentará obstáculos em sua execução, se não forem adotadas medidas para incentivar os investimentos em pesquisas no âmbito das empresas e o intercâmbio de conhecimento entre elas.

AGÊNCIA REGULADORA Senadores querem agilizar exame do projeto na Comissão de Infra-Estrutura

Novos caminhos para a aviação civil

Logo depois do segundo turno das eleições municipais, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado (CI) dará início à discussão do projeto que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). É essa, pelo menos, a intenção do relator da matéria, senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Ele destaca a importância de debater o assunto no momento em que "a aviação civil, no Brasil e no exterior, enfrenta uma de suas crises mais agudas, com retração no mercado, fechamento de empresas e de postos de trabalho, e aumento dos custos".

O projeto prevê a extinção do Departamento de Aviação Civil (DAC), cujas atribuições seriam absorvidas pela Anac, e leva para o setor aéreo a política de traços liberalizantes que deu origem a outras agências reguladoras. Enviado pelo Executivo em novembro de 2000, o projeto ficou em tramitação na Câmara durante quase quatro anos.

A demora é atribuída aos conflitos de interesses que a proposta encerra. De um lado, o projeto enfrentou a oposição de militares e de companhias aéreas tradicionais, temerosas quanto aos efeitos de um ambiente de

maior competição sobre suas contas. Do outro, foi apoiado com entusiasmo por empresários da área de turismo, para os quais a liberalização da aviação civil resultaria em passagens mais baratas, serviços melhores e maior movimento nos aeroportos, com impacto positivo em toda a indústria turística.

Delcídio ainda não se pronunciou sobre o conteúdo do projeto, aprovado pela Câmara por unanimidade. Sua assessoria confirma que ele pretende realizar, na CI, audiências públicas com representantes das empresas, trabalhadores e governo.



JOSE CRUZ

Relator do projeto que cria a autarquia, Delcídio espera que proposta entre em exame logo após o segundo turno das eleições

Projeto deve ser aprovado no Senado, prevê Paulo Octávio

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) é um ardoroso defensor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A criação da autarquia encabeçou a lista de reivindicações que o parlamentar levou ao presidente Lula, em maio deste ano, para desenvolver a indústria de turismo no país. À época, ele presidia a Subcomissão de Turismo da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado.

– O presidente se interessou pela idéia, que havia sido proposta pelo governo anterior, e encarregou o ministro José Dirceu de cuidar do assunto. Foi assim que o projeto foi aprovado na Câmara – relata Paulo Octávio.

No governo Fernando Henrique, o próprio Executivo chegou a pedir que a matéria fosse retirada da pauta, em razão da dificuldade de se chegar a uma solução de consenso. O senador, que participou da comissão especial da Câmara que estudou

o projeto, acredita que o debate no Senado será facilitado pelo trabalho já realizado pelos deputados federais.

– Podemos aperfeiçoar uma coisa ou outra, mas o projeto está na direção correta e deve ser aprovado pelos senadores. É um passo muito importante, que permitirá inclusive abrir o mercado de aviação civil para novas companhias. Não faz sentido manter essa atividade sob o controle do DAC, que ficou muito tempo dominado por uma filosofia militar. Em todo o mundo, são os civis que regulam a aviação civil – observa ele.

Soluções diferentes para problemas distintos

Na opinião do senador, é natural que a criação da Anac seja discutida à luz dos problemas financeiros que já provocaram a quebra da Transbrasil e atualmente ameaçam a Vasp e a Varig. Mas, no seu entender, são



MOREIRA MARIZ

Criação da autarquia encabeça lista de reivindicações que Paulo Octávio levou ao governo

temas distintos, que requerem soluções diferentes.

No primeiro caso, ressalta ele, está em questão um novo modelo regulatório que possibilitará "democratizar o transporte aéreo". No outro, vêm-se as consequências de fatores perversos, como a elevada carga tributária incidente sobre as companhias aéreas, os custos das taxas aeroportuárias, a falta de financiamento para o setor e os danos causados no passado pelo congelamento das tarifas aéreas.

Heráclito: autarquia vai modernizar o setor

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) vê na Anac um instrumento de modernização do transporte aéreo no Brasil.

– No mundo inteiro, quem modernizou a aviação obteve resultados positivos. Modernizar é criar condições para aumento da competitividade. É isso que propicia ofertas promocionais, tarifas mais baratas, serviços melhores. Por essa razão, o projeto da Anac é fundamental – afirma o senador.

Para ele, a proposta de uma "SuperVarig", que reuniria todas as empresas aéreas de maior expressão no país, vai na contramão dessa tendência internacional.

– Sou contra fazer uma empresa só, porque aí você acaba com a concorrência e quem paga é o usuário. Além do mais, não dá para juntar as empresas mais novas com as mais antigas, que têm um passivo social muito grande. Claro que não vejo com bons olhos a quebra de companhias aéreas. Mas o governo tem de buscar outras soluções.

Estudioso do assunto, o consultor Victor Carvalho Pinto, da Consultoria Legislativa do



ROOSEVELT PINHEIRO

Heráclito destaca resultados positivos com aumento da competição entre empresas

Senado, confirma: a experiência internacional demonstra que, na área de transporte aéreo, a liberdade de competição só tem trazido vantagens para os consumidores. Ele diz que foi possível comprovar isso até mesmo no Brasil, a partir de 1990.

Abertura de mercado garantiu vantagens

Na década passada, afinal, o país começou a adotar diversas medidas de abertura do mercado de aviação civil – como a flexibilização tarifária e maior espaço para atuação de operadoras regionais e novas

empresas – que resultaram em "preços bem mais baixos, oferta muito maior de linhas aéreas e nenhum prejuízo em termos de segurança de voo".

Nesse sentido, Carvalho Pinto, doutor em Direito Econômico pela Universidade de São Paulo (USP), vê méritos na Anac.

– O conceito de agência envolve a independência em relação ao Executivo e a transparência nas ações. Isso dá maior segurança jurídica aos investidores, que sabem que o governo não pode, por exemplo, fazer demagogia baixando os preços da passagem de uma hora para outra – afirmou. O consultor também observa que "com a Anac, serão feitas consultas públicas antes da edição de atos regulatórios, realizadas audiências públicas com participação dos consumidores, e todas as decisões terão de ser tecnicamente fundamentadas. Hoje não temos nada disso. O DAC é uma caixa preta, que sempre protegeu a ineficiência de empresas tradicionais.

Para ele, a Gol e a BRA mostram que o transporte aéreo pode gerar lucros "para quem é eficiente".

Principais pontos da proposta

- ✓ Cria-se a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), autarquia especial ligada ao Ministério da Defesa, mas dotada de autonomia administrativa e financeira.
- ✓ A nova agência, sediada em Brasília, terá a função de regular e fiscalizar as atividades de aviação civil e de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária.
- ✓ Extingue-se o Departamento de Aviação Civil (DAC). O Comando da Aeronáutica, ao qual é vinculado o DAC, perde todos os poderes relacionados com a regulação da aviação civil.
- ✓ As empresas aéreas terão liberdade para praticar tarifas que desejarem, mas a Anac poderá intervir se houver "aumento abusivo" ou "práticas prejudiciais à competição".
- ✓ As companhias autorizadas poderão explorar quaisquer linhas no território nacional, desde que sejam atendidas a capacidade operacional dos aeroportos e as "normas expedidas pela Anac".
- ✓ Competirá à Anac, entre outras atribuições, promover a outorga de serviços aéreos, zelar pela segurança na navegação aérea e representar o Brasil em foros internacionais de aviação civil.
- ✓ Os militares hoje lotados no DAC passarão para a Anac, mas deverão ser devolvidos às Forças Armadas no prazo máximo de cinco anos, em uma proporção mínima de 20% por ano.
- ✓ Os diretores da Anac serão nomeados pelo presidente da República, depois de aprovados pelo Senado, e terão mandato de cinco anos. Esse prazo, no entanto, só valerá para dois dos cinco primeiros membros da diretoria. Para dois deles, o primeiro mandato será de quatro anos. E para um, de apenas três anos.
- ✓ A Anac terá 1.835 cargos efetivos e 652 cargos comissionados. O projeto permite que funcionários sejam contratados sem concurso público.



REFORMA POLÍTICA Se não for mudada, cláusula de barreira vai alterar quadro partidário nas eleições de 2006

Pequenos partidos tentam sobreviver

As eleições municipais que se encerram no próximo dia 31 serão as últimas antes da vigência da chamada cláusula de barreira ou de desempenho. Por conta disso, partidos com menos de 5% do eleitorado já iniciaram discussões sobre fusões e parlamentares sob risco de não atingir quociente eleitoral já admitem mudar de partido.

Segundo a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (9.096/95), somente partidos que obtiverem pelo menos 5% dos votos para deputado federal nas eleições de 2006, com pelo menos 2% em nove estados, poderão ter funcionamento parlamentar, ou seja, constituir-se como bancada nas Casas legislativas.

Tomando como parâmetro a votação obtida pelos partidos nas eleições de 2002, apenas sete deles (PT, PFL, PMDB, PSDB, PP, PSB e PDT) atingiram votação suficiente para superar a cláusula de barreira e dois deles (PSB e PDT) ficaram muito próximos ao limite. Esse é um dos motivos para PPS e PDT já falarem em fusão.

– Vejo a fusão com bons olhos, mas acho difícil, em função de diferenças regionais. Nacionalmente, a união é quase inevitável – afirma o líder do PDT, Jefferson Péres (AM).

Como alternativa à fusão, o senador sugere a criação de uma federação partidária (veja matéria)



Pela lei em vigor, deputados eleitos por partidos pequenos ficam sem liderança no Congresso em 2007

com a presença dos dois partidos.

– Se aprovadas, as federações permitirão que partidos históricos ou ideológicos, como PDT, PSB, PCdoB e PPS, na hipótese de não alcançar a cláusula de barreira, possam sobreviver – analisa.

Propostas diminuem exigências para alcançar desempenho mínimo

Parte da Lei dos Partidos Políticos, a cláusula de barreira pode não chegar a limitar o funcionamento dos partidos que recebam menos de 5% dos votos nas eleições de 2006: já há propostas para alterar a fórmula atual, como o projeto de lei aprovado pela comissão especial da Câmara que discutiu a reforma política em 2003 (PL 2.679/03).

A proposta reduz de 5% para 2% o percentual de votos necessários do eleitorado nacional na votação para deputado federal, com pelo menos um deputado eleito em cinco estados. Pelo projeto, a finalidade da redução do percentual é “permitir aos pequenos partidos contornar o obstáculo do quociente eleitoral”.

– Trata-se de redução drástica do quociente. A proposta torna mais fácil a criação de partidos – analisa o consultor do Senado Eurico Cursino dos Santos.

Outro projeto, do deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE), reduz de 5% para 1% o percentual dos votos válidos obtidos nacionalmente como condição para que o partido tenha direito a funcionamento parlamentar.

– Mesmo na Alemanha, que inspirou a lei, foram feitas mudanças. Autores germânicos têm criticado a cláusula, já que a exclusão cria oligarquias partidárias – afirma o deputado.

Caso haja mudanças, estará mantida a tradição de uma lei sobre o assunto nunca ter sido aplicada no país.

– A entrada em vigor dessas normas, previstas para eleições subseqüentes, eram alteradas por disposições de incidência ulterior – narra a consultora da Câmara Kátia Carvalho.



Valadares concorda com flexibilização do percentual de votação partidária em 2006



Ideli: há "efervescência suficiente" para revisão da cláusula de barreira

Critério de votação nacional pode ser alterado na reforma política

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) concorda com a diminuição do percentual da cláusula de barreira, por considerar 5% (cerca de 5 milhões de votos, considerando que a próxima eleição deve ter cerca de 100 milhões de votos válidos) um número muito elevado.

– Sou favorável à cláusula, mas acho que deveria ser 3% do eleitorado nacional. Aí teríamos a possibilidade de participação de partidos consagrados e históricos, como o PCdoB, o PSB e o PDT, que são pequenos e que poderão não atingir o percentual – afirmou o senador.

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), admite que a revisão da cláusula pode ser incluída no debate da reforma política.

– A cláusula é necessária, mas ela deve atingir sua finalidade de eliminar o partido de aluguel sem acabar com partidos ideo-

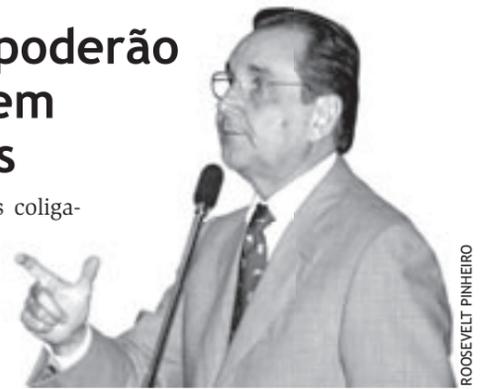
lógicos. Apesar de minoritários, eles representam pontos de vista relevantes e contribuem para o aperfeiçoamento da democracia. Alguns desses partidos estão sob risco, como o PSB, PPS, PDT e o PCdoB – analisou Ideli.

A intenção de Valadares e Ideli seria atendida com a redução de 5% para 2% do eleitorado, como quer o projeto da comissão da Câmara. Com essa alteração, de acordo com o resultado das urnas em 2002, o PCdoB, o PPS, o PTB e o PL escapariam da cláusula de barreira e estaria afastado o risco de o PSB e o PDT serem atingidos pelo dispositivo.

Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) sugere que as regras sejam ainda mais rígidas. “Eu prefiro aumentar o desempenho de 5% para 7% do eleitorado para que tenhamos, em vez dos 20 partidos atuais, apenas seis ou oito, no máximo”, afirma.

Legendas poderão se reunir em federações

Ao sugerir o fim das coligações, a comissão da Câmara que analisou a reforma política adotou a federação partidária, que seria constituída até quatro meses antes da eleição, com duração mínima de três anos.



ROOSEVELT PINHEIRO

Proposta de Agripino sugere federações para beneficiar partidos pequenos

Essa fórmula foi proposta no Senado pelos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e José Agripino (PFL-RN), para permitir que partidos pequenos contornem as limitações impostas pela cláusula.

Pelo projeto da Câmara, a federação terá efeito em todo o país, em nível federal, estadual e municipal, impedindo coligações contraditórias em diferentes regiões. O projeto da Câmara determina ainda que a federação terá estatuto e funcionamento parlamentar comuns.

– A federação partidária pode impedir que partidos com consistência ideológica não sejam colocados no mesmo baú dos que servem como sigla de aluguel – afirma Ideli.

Valadares ressalta que, ainda que unidos na federação, os partidos manterão individualidades, dirigentes e recursos do fundo partidário. A federação, explica, também terá um presidente nacional e funcionará como bloco partidário, com líderes na Câmara e no Senado.

Redução na TV e no fundo partidário

A legislação determina que, nas próximas eleições, os partidos que não cumprirem a cláusula de barreira terão participação no fundo partidário e no horário gratuito no rádio e TV bastante limitada: somente 1% dos recursos do fundo partidário será destinado a esses partidos, que terão apenas dois minutos por semestre em cadeia nacional de rádio e televisão.

Os 99% restantes do fundo partidário irão para partidos que tenham representatividade nacional atestada pelo desempenho nas eleições para deputado federal. Os partidos que atingirem o critério poderão veicular programas em cadeia na-

cional e em cadeia estadual a cada semestre, com a duração de vinte minutos cada. Além disso, terão quarenta minutos por semestre para inserções de trinta segundos ou um minuto, nas redes nacionais ou nas emissoras estaduais.

– O que se quer é que partidos sem representatividade não tenham direito ao fundo partidário, que é dinheiro público, nem ao programa gratuito de rádio e TV. Quem quiser brincar de partido, ou, pior que isso, ter sigla para negociar na época da eleição, que o faça, mas, para receber dinheiro público ou ocupar tempo no rádio e TV, aí não – argumenta Jefferson.

Heloísa: PSOL defende cláusula de desempenho e fidelidade partidária

Os membros do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) não estão preocupados com a cláusula de barreira, informa Heloísa Helena (PSOL-AL).

– Esse é o primeiro partido construído sob a égide da legislação atual. Já sabíamos dos riscos, inclusive quanto ao futuro eleitoral. Quem tem que ficar preocupado com a cláusula de barreira é o governo – afirmou a senadora, referindo-se a legendas governistas que podem não atingir a votação definida pela cláusula.

Segundo a senadora, se nas próximas eleições o PSOL atingir uma pequena votação, não se comportará como um partido “nanico que serve como moeda de troca”. Se chegar a ser um partido grande, não venderá suas convicções ideológicas.

– Defendemos a reforma política, mas não para alterar a cláusula de barreira. A reforma política deve ser discutida de maneira ampla. Defendemos a cassação de mandatos por infidelidade e maior rigor com relação a crimes eleitorais.



PLENÁRIO

Pedidos de explicações ao ministro Palocci

Dois requerimentos de Antero Paes de Barros (PSDB-MT) – foto – ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, solicitam informações sobre suspeita de que o Banco do Brasil estaria permitindo que grandes clientes usem cheques de terceiros para o pagamento de compromissos. Com isso, esses clientes ficariam livres do pagamento da CPMF. Foi aprovado ainda requerimento de Almeida Lima (PDT-SE) sobre empréstimo do BB ao PT, no valor de R\$ 21 milhões, para compra de computadores.



CÉLIO AZEVEDO

Cooperação com países que produzem café

Projeto de resolução institui o Grupo Parlamentar Internacional do Café, que será integrado por senadores e deputados e funcionará como meio de cooperação interparlamentar do Brasil com países produtores de café.

Segundo o autor do projeto aprovado (PR 55/03), Ramez Tebet (PMDB-MS), a criação do grupo visa proteger o setor cafeeiro nacional, incentivando relações entre os poderes legislativos de países exportadores do grão e organizações parlamentares internacionais congêneres. Tebet diz que a influência dos parlamentares nas relações internacionais vem se ampliando.

Acordo sobre comercialização de vinhos

O Plenário aprovou projeto da Câmara dos Deputados (PLC 89/00) que altera a lei (7.678/88) sobre produção, circulação e comercialização do vinho e de derivados da uva e do vinho, como conhaques e outros, para adaptá-la a acordo celebrado em Assunção (Paraguai). A convenção trata da internacionalização do regulamento técnico de bebidas para o Mercosul.

Além de estabelecer que os produtos nacionais deverão ser acompanhados pela guia de livre trânsito, o projeto abrange a classificação detalhada dos vinhos e específica, para cada classe, os respectivos teores de açúcar e álcool.

Novas regras para os recursos das águas

O Plenário aprovou na terça-feira o projeto que obriga a utilização na bacia hidrográfica em que foram gerados dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e com a aplicação de multas. A proposição, sugerida pela comissão especial formada para acompanhar o projeto de conservação e revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, seguiu para o exame dos deputados federais.

A matéria (PLS 240/02) não foi discutida em Plenário, onde chegou com parecer favorável da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), relatado por Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). No parecer, o relator destaca que a implementação da cobrança pelo uso da água enfrenta críticas pela incerteza na distribuição dos recursos. Mestrinho informa que o texto legal vigente determina que os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água

serão aplicados prioritariamente, mas não obrigatoriamente, na bacia hidrográfica em que foram gerados.

O texto aprovado pela CI reconhece a “enorme diferenciação entre as bacias hidrográficas brasileiras”, mas ressalva que “as bacias densamente povoadas e, por conseguinte, com grande potencial arrecadador, enfrentam, em regra, problemas ambientais qualitativa e quantitativamente mais sérios”.



ALTAÍRO DE PINA/CODEVASF

Ponte sobre o São Francisco, ligando Petrolina (PE) a Juazeiro (BA): projeto teve origem na comissão criada para acompanhar projeto de conservação e revitalização da bacia hidrográfica

Etiqueta ajuda na prevenção de câncer

Foi aprovado em Plenário o substitutivo de Lúcia Vânia (PSDB-GO) que obriga a afixação nas embalagens de roupa íntima, femininas e masculinas, de etiqueta com advertência sobre a importância da prevenção do câncer de colo de útero e do diagnóstico precoce dos cânceres de colo de útero, de mama e de

próstata. A senadora foi a relatora da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A senadora ressalta que, em estágios iniciais, esses tipos de câncer são tratáveis e até curáveis. Ela observa que a medida será positiva no sentido de alertar para a necessidade de se realizarem exames regularmente.



CÉLIO AZEVEDO

Lúcia Vânia ressalta que câncer pode ser curado no estágio inicial

Demarcação do Parque Nacional de São Joaquim

Foi aprovado em Plenário o projeto (PLC 107/02) que trata da demarcação dos limites do Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina. Criado em 1961, o parque visa proteger os bosques remanescentes das reservas de araucárias.

Também recebeu aprovação o pedido para retirar de tramitação o projeto (PLC 16/04) que trata da utilização do Cadastro Nacional de Informações Sociais (Cnis) como fonte exclusiva de dados para a concessão de benefícios previstos no Regime Geral de Previdência. O ministro Amir Lando explica que a matéria está tratada na Lei 8.213/91.

Oportunidade de trabalho para familiar de diplomata

Dependentes do pessoal diplomático e consular do Brasil e de Portugal em missão oficial junto a organizações internacionais sediadas nesses dois países poderão trabalhar enquanto estiverem no exterior. Essa possibilidade foi assegurada com a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 604/04. O Senado também aprovou, e encaminhou para a Câmara, o projeto (PLS 107/00) de Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que isenta os brasileiros maiores de 65 anos da taxa de emissão de passaportes e demais documentos de viagem ao exterior.



ROOSEVELT PINHEIRO

Rodovias terão o nome de Juscelino

Dois projetos que dão o nome do ex-presidente Juscelino Kubitschek a rodovias foram acolhidos em Plenário. O que teve parecer favorável do senador Aelton Freitas (PL-MG) – foto – denomina Presidente JK a BR-20, cujo traçado

liga Brasília a Fortaleza. O outro denomina Presidente Juscelino Kubitschek a BR-040, que liga Brasília ao Rio de Janeiro no trecho até Petrópolis. Também foram aprovados o projeto que denomina Presidente Tancredo de Almeida Neves a ponte na BR-497, sobre o Rio Paranaíba, e o que dá a denominação de Professor Urbano Ernesto Stumpf ao aeroporto de São José dos Campos.

Rodrigo Telles é o novo diretor de Política Monetária do Banco Central

Quatro indicações de autoridades feitas pelo presidente da República foram aceitas pelo Plenário na terça-feira. Rodrigo Telles da Rocha Azevedo recebeu confirmação como diretor de Política Monetária do Banco Central. Ricardo de Moraes Cordeiro Neto foi aprovado para a direção da Agência Nacional de Águas (ANA); Sérgio Eduardo Vieira, para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e Ney Prado Diegues, para acumular a Embaixada do Brasil em São Vicente Granadinas com a da República da Guiana.



CÉLIO AZEVEDO

Depósito legal de publicações

O Plenário aprovou três das quatro emendas propostas pela Câmara ao projeto que regulamenta o depósito legal de publicações junto à Biblioteca Nacional (PLS 110/88). A proposta, relatada na Comissão de Justiça pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) – foto –, obriga que editores enviem ao menos um exemplar de obras publicadas para a Biblioteca Nacional.

Também foi acolhido projeto (PLC 4/03) autorizando o INSS a doar imóvel de sua propriedade, em São Paulo, à União Brasileira dos Escritores.



JANE ARAÚJO

João Alberto considera que o uso dos faróis torna o trânsito mais seguro

Projeto obriga motorista a manter faróis acesos durante o dia em rodovias

O Plenário acolheu na quarta-feira projeto de lei da Câmara (43/02) obrigando os condutores de veículos a manterem os faróis acesos durante o dia ao trafegarem em rodovias.

Na justificativa de seu parecer favorável, apresentado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador

João Alberto Souza (PMDB-MA) afirma ser inegável que o uso dos faróis, em qualquer circunstância, aumenta a visibilidade do veículo, tornando o trânsito mais seguro. Além disso, conforme destaca o senador, os benefícios apontados não implicam custos adicionais significativos para os usuários.

COMISSÕES

Creche e pré-escola podem ser obrigatórias

Escola pública e gratuita para atender a toda a demanda pela educação de crianças de até 6 anos de idade em creches e pré-escolas, como dever obrigatório do Estado, poderá ser uma realidade no país. Aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira, a proposta de emenda à Constituição (PEC) da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) seguiu para o Plenário.

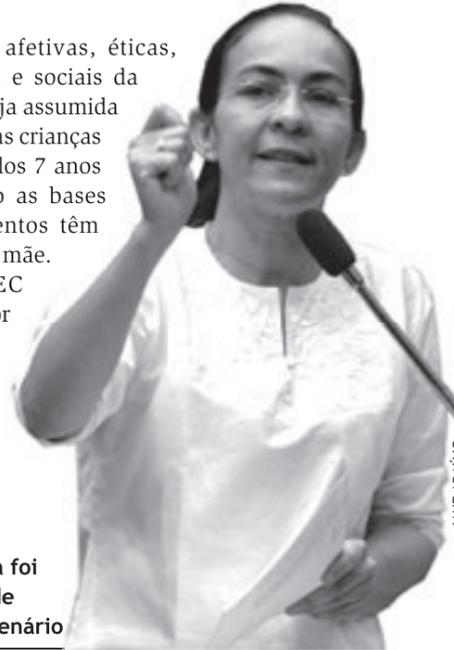
A PEC modifica o inciso IV do artigo 208 da Constituição, no qual não consta atualmente a educação infantil como função obrigatória do Estado, a ser concedida em instituições públicas e gratuitas.

Heloísa afirma não ser possível conceber que a educação visando à construção

das capacidades afetivas, éticas, cognitivas, físicas e sociais da pessoa humana seja assumida pelo Estado junto às crianças somente a partir dos 7 anos de idade, quando as bases desses procedimentos têm início no útero da mãe.

Relator da PEC (40/00), o senador Tião Viana (PT-AC) destacou a importância da proposta de Heloísa Helena.

Projeto de Heloísa Helena foi aprovado pela Comissão de Justiça e seguiu para o Plenário



JANE ARAÚJO

Debate: ensino a distância e propaganda de bebidas

A Comissão de Educação (CE) aprovou, na terça-feira, requerimento de Hélio Costa (PMDB-MG) determinando a realização de audiência pública sobre educação a distância. O objetivo é discutir projeto de lei (462/03) do senador José Jorge (PFL-PE) que recebeu substitutivo de Valdir Raupp (PMDB-RO) e regulamenta esse tipo de educação.

Também foi acolhido requere-

mento do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) determinando a realização de audiência pública com o ministro da Saúde, Humberto Costa, para discutir projeto que disciplina a transmissão de propaganda de bebidas alcoólicas nos meios de comunicação (PLC 35/00).

A comissão aprovou 98 projetos autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e televisão em todo o país.

Autorizada a criação de mais duas universidades

Projetos que autorizam a criação de duas universidades, uma no Maranhão e outra no oeste da Bahia, foram aprovados pela Comissão de Educação.

Almeida Lima (PDT-SE) apresentou parecer favorável à proposta de César Borges (PFL-BA) que autoriza a criação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Unifoeste). A instituição da Universidade Federal de Bacabal (Ufbac) foi aprovada em substitutivo de Edison Lobão (PFL-MA) a projeto de João Alberto Souza (PMDB-MA).

Foi acolhido substitutivo de Cristovam Buarque (PT-DF) a



CÉLIO AZEVEDO

Almeida Lima apresentou parecer favorável à instituição da Unifoeste

projeto de Serys Slhessarenko (PT-MT) que determina prazos de quatro a seis meses para que universidades brasileiras analisem os pedidos de revalidação de diplomas de nível superior de universidades estrangeiras.

Punição rigorosa para irregularidades em ONGs

Os gestores de associações ou fundações poderão ser punidos com penas de reclusão de dois a cinco anos, além de multas, se deixarem de repassar no prazo e na forma legal, ou sem observar os requisitos legais, os valores ou bens móveis destinados a essas entidades. Com tal objetivo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira substitutivo de Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR)

a projeto de lei (PLS 9/03).

O projeto foi apresentado pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apurou as denúncias sobre a atuação irregular de organizações não-governamentais (ONGs). O senador disse que o projeto visa moralizar e dar transparência à gestão dessas entidades. O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), informou que a matéria será examinada pelo Plenário.



JOSÉ CRUZ

Mozarildo diz que projeto aprovado na CCJ visa moralizar gestão de entidades

Senado instala Subcomissão de Ciência e Tecnologia

A Comissão de Educação (CE) instalou na terça-feira a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, atendendo proposta do senador Hélio Costa (PMDB-MG), que foi eleito na mesma reunião presidente do colegiado. Como vice-presidente foi escolhido Juvêncio da Fonseca (PDT-MS).

A data de instalação da subcomissão foi definida, segundo o presidente da CE, Osmar Dias (PDT-PR), para coincidir com a comemoração da Semana de Ciência e Tecnologia, criada por decreto deste ano do presidente Lula. Hélio Costa afirmou que o colegiado será o fórum ideal para discussão dos grandes problemas nacionais e internacionais sobre ciência e tecnologia que têm repercussão em todos os níveis da sociedade, entre os quais a energia nuclear e a biossegurança.

O secretário para a Inclusão



CÉLIO AZEVEDO

Secretário Rodrigo Rollemberg destaca importância da subcomissão

Social do Ministério da Ciência e Tecnologia, Rodrigo Rollemberg, presente à reunião como representante do ministro Eduardo Campos, ressaltou que a criação da subcomissão foi o fato mais importante das comemorações da primeira Semana de Ciência e Tecnologia.

Hélio Costa vê oportunidade para discutir temas polêmicos

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) registrou, da tribuna, a instalação da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia do Senado, por ele presidida.

Segundo Hélio Costa, a nova comissão terá a oportunidade de discutir temas polêmicos, como a recém-aprovada Lei de Biossegurança, que tem sido questionada por segmentos da sociedade, principalmente em

itens relativos a experiências com células-tronco humanas para fins terapêuticos.

O senador lembrou ainda a atualidade de questões como o programa atômico e o programa espacial brasileiro. A subcomissão deverá também tratar de assuntos como o avanço da informática e das novas mídias, entre elas o telefone celular, cuja utilização no Brasil carece de regulamentação.

Tarso Genro: cotas são parte de uma estratégia

O ministro da Educação, Tarso Genro, disse que a política que destina cotas de vagas no ensino público superior para setores menos favorecidos da sociedade – como afrodescendentes, indígenas e alunos do sistema público de educação – não é solução para as dificuldades educacionais do país, mas uma política pública imediata e afirmativa que contribui para o processo educacional.

Em audiência pública na Comissão de Educação (CE) na quarta-feira, o ministro observou que a solução é garantir acesso à educação de base de qualidade para todas as camadas da sociedade. Para se conseguir isso, acrescentou, o país deve adotar um conjunto de estratégias.

– O governo tem um projeto de reforma profunda. Queremos chegar a uma educação republicana, democrática, qualificada, de amplo acesso. As políticas de cotas são impulsos por meio dos quais se pode



J. FREITAS

Segundo Tarso Genro, "o governo tem projeto de reforma profunda"

chegar ao objetivo maior.

Participação da sociedade

Devido ao pequeno número de senadores na reunião, o presidente da CE, Osmar Dias, adiou o debate entre os parlamentares e o ministro, que apenas fez uma exposição inicial. O ministro acredita ser importante que a sociedade debata políticas afirmativas e disse que pretende estabelecer com o Senado uma relação de diálogo democrática.

Tarso Genro defendeu a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), a estruturação de políticas de formação de professores, criação de escolas de gestores e a promoção do ensino a distância para licenciatura.

COMISSÕES

Acordo deve garantir aprovação de parcerias

Disposição para ceder e desejo de votar a matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ainda na primeira quinzena de novembro. Na audiência pública sobre o projeto que institui as normas para licitação e contratação das parcerias público-privadas (PPPs), terça-feira passada, na CAE, o chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Demian Fiocca, deixou clara a disposição do governo federal de aceitar modificações propostas pela oposição no texto do substitutivo do relator Valdir Raupp (PMDB-RO), para que a nova modalidade de investimentos em infra-estrutura possa ser aprovada pelo Congresso Nacional ainda este ano.

No debate, que teve ainda como convidado o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), Paulo Safady Simão, um ponto se tornou consensual entre governo, oposição e iniciativa privada:



Entre Demian Fiocca (E) e Paulo Safady Simão, Ramez Tebet preside debate na Comissão de Assuntos Econômicos

a fixação de limite para participação dos fundos de pensão estatais e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nas PPPs.

Emenda exige 50% de capital privado

A tese obteve apoio do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e do líder do governo no Congresso, Fernando Bezerra (PTB-RN). Já Tasso Jereissati (PSDB-CE) se preocupa com eventuais prejuízos que o

Estado possa vir a sofrer em parcerias onde o setor privado tenha muitas garantias e pouco risco. Emenda de sua autoria exige 50% de capital privado nas parcerias.

Jereissati considerou "boa" a emenda de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pela qual o governo submeterá ao Senado, em no máximo 90 dias após a entrada em vigor da nova lei, os limites globais dos gastos dos estados, municípios e Distrito Federal com participação nas PPPs.

Preocupação com as pequenas empresas

O mecanismo que dá preferência no pagamento, pelo governo, aos empresários participantes de PPPs, como originalmente previsto no relatório do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), poderá ser retirado do texto do projeto de lei, pois ele foi criticado tanto por senadores do governo quanto da oposição. O alerta mais contundente veio do próprio setor privado.

A anunciada preferência poderá prejudicar seriamente as pequenas empresas que não conseguem ter acesso a obras públicas com valores acima de R\$ 20 milhões, segundo o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), Paulo Safady Simão. Ele informou que 90% das empresas do setor de construção

são pequenas e micros e que 50% delas dedicam-se a obras públicas.

— A precedência é uma injustiça total, promoverá quebra de setor e um grande volume de ações na Justiça — criticou Simão, em resposta ao senador Paulo Octávio (PFL-DF), um dos autores do requerimento para a realização da audiência pública.

O respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal e a possível exclusão de obras públicas ordinárias do escopo das PPPs também reuniram o consenso dos participantes da audiência pública. Paulo Safady Simão, considerou essencial a adoção de critérios para a pré-qualificação dos empreendimentos que poderão ser contratados

pela modalidade das PPPs, concordando com a proposta de Tasso Jereissati para que sejam seguidos os limites já existentes na Lei de Licitações (8.666/93).

Alternativa para atrair investimentos

Durante o seminário "Parcerias Público-Privadas — Quem Ganha, Quem Perde", realizado na quarta-feira, no Senado, Valdir Raupp reafirmou confiança na aprovação da matéria pelo Senado antes do fim do ano.

A matéria é considerada uma das alternativas do governo para atrair novos investimentos para setores carentes de recursos, como infra-estrutura, segurança, habitação e saneamento.

Pelo fim da intervenção no Banco Mercantil

Mesmo reconhecendo que tecnicamente o Banco Central agiu de forma correta ao decretar a intervenção do Banco Mercantil S.A., de Pernambuco, em agosto de 1995, o ex-presidente da instituição Armando Monteiro Filho afirmou que, depois de nove anos de intervenção e de o patrimônio da instituição hoje já apresentar resultado positivo, é chegado o momento da suspensão da intervenção. Ele informou que em novembro de 2002 a diretoria do Banco Central aprovou, por unanimidade, proposta para suspender a liquidação.

— A decisão só não foi para frente porque aquela diretoria do Banco Central expirou seu mandato com a mudança de governo em 31 de dezembro de 2002 — lamentou Armando Monteiro Filho.

O ex-presidente do Banco

Mercantil e o liquidante da instituição, Nilvan Vasconcellos, participaram de audiência pública na noite de terça-feira na Subcomissão da Liquidação de Instituições Financeiras. Armando Monteiro Filho disse que o Banco Central aplicou R\$ 530,1 milhões no Mercantil.

O liquidante Nilvan Vasconcellos disse que recebeu o Banco Mercantil com patrimônio líquido negativo de R\$ 109 milhões, mas que o ativo atual da instituição chega a R\$ 828,6 milhões.

Os senadores Edison Lobão (PFL-MA), Fernando Bezerra (PTB-RN), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Marcelo Crivella (PL-



Sérgio Guerra, Edison Lobão e Rodolpho Tourinho acompanham depoimentos

RJ), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Valdir Raupp (PMDB-RO) e o presidente da subcomissão, Aelton Freitas (PL-MG), manifestaram estranheza pelo fato de o Banco Mercantil continuar sob regime de liquidação. Foi aprovado requerimento definindo que as próximas audiências debaterão a liquidação de bancos na seguinte ordem: Econômico, Nacional, Bamerindus e Banorte.

Regras para compor CPI mobilizam comissão

A manobra regimental que inviabilizou a CPI dos Bingos voltou a mobilizar os senadores na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto de resolução de Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa prazo de cinco dias para que os líderes indiquem os nomes que irão compor as comissões parlamentares de inquérito e determina que, em caso do seu não cumprimento, caberá ao presidente do Senado a escolha dos membros, foi o item mais debatido da pauta.

Mas, em função da observação do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) de que o projeto precisaria fazer remissão a todos os artigos que tratam das CPIs, para evitar brechas na aplicação do regimento interno, o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), sugeriu que ele pedisse vista para acertar com Pedro Simon e o relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), as modificações necessárias. Lobão disse que a CCJ precisa resolver todas as dúvidas em relação ao texto que será submetido à Comissão

Diretora do Senado.

Simon defende o direito da minoria

Simon criticou a atuação do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), que encabeçou o documento assinado pelos líderes que engavetou a CPI dos Bingos. "Esses líderes rasgaram a Constituição", enfatizou, afirmando que a Carta Magna garante o direito da minoria de criar CPI, já que ela poderá ser feita mediante requerimento de um terço dos senadores.



Projeto de Simon dá prazo para que líderes indiquem integrantes de comissões

Contaminação por agrotóxico deverá ser notificada

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira parecer do senador Tião Viana (PT-AC) a projeto de lei de autoria do deputado Dr. Rosinha (PT-PR) determinando que também serão notificados às autoridades sanitárias os casos suspeitos ou confirmados de contaminação por agrotóxicos. O projeto (PLC 14/04) vai agora a exame do Plenário.

Atualmente, segundo a lei que trata da organização das ações de vigilância epidemiológica, são objeto de notificação as doenças que podem implicar medidas de isolamento ou quarentena, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional, e as doenças constantes da relação elaborada pelo Ministério da Saúde.

Senador quer saber mais sobre prospecção de petróleo

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou requerimento de Ney Suassuna (PMDB-PB) para realização de audiência pública com a presença do embaixador Sebastião do Rego Barros, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), para prestar esclarecimentos sobre prospecção de petróleo. Sérgio Machado, presidente da Transpetro, e Carlos Lessa, do BNDES, serão convidados para falar sobre o transporte e a distribuição de petróleo.

Por requerimento de Aelton Freitas (PL-MG), serão convidados o diretor-geral da ANTT, José Alexandre Resende, e o diretor-geral da Antaq, Carlos Nóbrega, para explicarem os pregões dirigidos para a compra de programas da Microsoft.

Aposentadoria compulsória de servidor gera debate

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou requerimento de Tião Viana (PT-AC) para a realização de audiências públicas com o objetivo de orientar a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 42/03) apresentada por Pedro Simon (PMDB-RS) visando elevar de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória no serviço público, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. A PEC adapta ainda à nova idade-limite os artigos da Constituição referentes à idade de membros do

Poder Judiciário.

Deverão ser convidados, em datas a serem definidas, os ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim; da Defesa, José Viegas Filho; do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega; e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim.

Viana argumentou tratar-se de matéria complexa, rejeitada pela Câmara e pelo Senado na legislatura passada.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) também apoiou a realização das audiências.

PLENÁRIO

De olho nas contas de telefone

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) vai apresentar requerimento na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para apurar denúncias feitas em reportagem do dia 10 pelo jornal *Folha de S. Paulo*, sob o título "Auditores apontam erro em conta telefônica".



Tourinho alerta sobre a insegurança entre os usuários

De acordo com o senador, citando o jornal, empresas de auditoria do segmento de telefonia constataram que é alta a incidência de erros em contas telefônicas, sendo que até 12% do valor cobrado poderia ser indevido. Apesar de alguns auditores afirmarem que parte do

equivoco pode ser involuntário, Tourinho considerou o índice inaceitável.

A audiência pública que a CI poderá realizar com a participação dos segmentos envolvidos no tema, segundo o parlamentar, ajudará a esclarecer o conteúdo da reportagem publicada, bem

como a estabelecer um debate sobre os mecanismos possíveis de maior segurança e transparência na cobrança de contas telefônicas.

Tourinho alertou sobre a insegurança que aflige mais de 50 milhões de usuários de telefonia em relação ao controle de gastos com a telefonia em geral.

Conselho critica fusão de TVs por assinatura

A ameaça de desnacionalização do conteúdo televisivo brasileiro, atribuída ao processo de fusão entre as TVs por assinatura via satélite Sky e DirecTV, suscitou críticas durante reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS).

- Não queremos que a transmissão de conteúdo fique nas mãos de estrangeiros. O conselho insiste para que se dê um basta nisso - desabafou o presidente José Paulo Cavalcanti Filho.

Conforme observou, a operação se traduz em "crônica de um desastre anunciado". Na falta de uma legislação específica para as TVs via satélite, essa transmissão acabou sendo submetida

às regras do setor de telecomunicações, que não impõem limites à participação de capital estrangeiro nessas empresas. A fusão da Sky com a DirecTV no Brasil vem sendo orquestrada pelo megaempresário da mídia Rupert Murdoch, que já controla as operadoras na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Tanto o presidente do CCS quanto o conselheiro Antônio Teles, que levantou a questão na reunião da semana passada, acusaram o poder público de omissão no caso e defendem análise pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O CCS volta a discutir a matéria no dia 8 de novembro.

Pavan condena política de juros e aumentos constantes

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou a política econômica do governo federal, por prejudicar "diretamente o contribuinte e as camadas mais necessitadas". Ele disse que a população não agüenta mais pagar "juros absurdos" e arcar com aumentos constantes, como o dos combustíveis.

- Mesmo sabendo que essas decisões só têm agravado o quadro da miséria e da pobreza que atinge a maioria do povo brasileiro, o governo Lula, ao que nos

parece, não demonstra qualquer disposição para mudar e assumir de vez a postura da insensibilidade. Decidiu, realmente, massacrar a classe média e prejudicar ainda mais os mais pobres - afirmou.

Pavan alertou ainda para o caráter inflacionário dos reajustes nos preços dos combustíveis e cobrou a aplicação dos recursos arrecadados com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) na recuperação das rodovias.



WLAJDIR ALEXANDRE

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) afirmou que a Festa do Boi, realizada em Natal, mostrou nos últimos dias a pujança da economia do Rio Grande do Norte, que se tornou o maior exportador de camarão (foto) para os Estados Unidos e vende frutas para vários países, especialmente melão. Ele enalteceu a presença na feira do ministro da

Agricultura, Roberto Rodrigues, que debateu os problemas vividos pelos produtores.

- A festa se tornou uma das mais importantes feiras agropecuárias do Nordeste. Ela mostra que o governo federal precisa apenas dar seu apoio, inclusive de crédito, para que o Nordeste mostre resultados econômicos importantes.

PROTECIONISMO - O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu o fortalecimento do mercado interno, como forma de preparar o país para as dificuldades que poderá enfrentar diante do possível agravamento do protecionismo dos Estados Unidos, seu principal parceiro comercial. Isto deve ocorrer, diz Paim, já no próximo mandato presidencial, independentemente de quem vencer as eleições. O Brasil, frisou, precisa estar preparado para os efeitos desse protecionismo, ampliando suas fronteiras comerciais e cuidando de seu mercado interno.

VINHOS - Ao comemorar a aprovação, pelo Plenário, do projeto que estabelece padrões ajustados às normas do Mercosul para a produção e comercialização do vinho brasileiro, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) disse acreditar

que, após a sanção presidencial, serão ampliadas as condições de competitividade do produto no mercado externo. "O vinho nacional vem melhorando de qualidade, chegando a ser premiado no exterior", afirmou.



PLENO EMPREGO - Marcelo Crivella (PL-RJ) propôs a criação de uma frente parlamentar para a elaboração de uma política pública de pleno emprego. O objetivo é que o Congresso tenha acesso ao esforço de economistas, cientistas sociais e políticos e imprensa para expor o processo de "espoliação predatória a que está sendo submetida a maioria do povo pelo capital financeiro especulativo interno e internacional".



FRIGORÍFICO - O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) protestou contra a aplicação de multa de R\$ 100 mil e o fechamento, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do frigorífico Cooperfrigo, localizado em Gurupi (TO). Segundo disse, a ação dos fiscais ambientais, calçada na alegação de que a empresa estaria poluindo uma represa próxima, teria sido motivada por disputa política e usurpado atribuição do Instituto Natureza do Estado do Tocantins (Naturatins), que concluiu, ao analisar o caso, não haver razão para a interdição.

CONSTRUÇÃO CIVIL - Conforme o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a construção civil no Brasil enfrenta uma grave crise, apesar de existir um mercado para absorver 7 milhões de moradias. O senador atribuiu o problema aos "resultados pífios" alcançados, nos últimos anos, pelos programas habitacionais dos governos. Mas, agora, disse ver o presidente Luiz Inácio Lula da Silva com "vontade política para enfrentar o problema", pedindo ao governo que garanta a aplicação dos R\$ 7,4 bilhões que o Conselho Curador do FGTS reservou para financiar o setor neste ano.

REATOR NUCLEAR - O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) informou que o comandante da Marinha, almirante-de-esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, desmentiu, em encontro com parlamentares, a existência de projeto ou construção de um submarino atômico pela Marinha. De acordo com Luiz Otávio, o laboratório nuclear da Marinha estaria fazendo pesquisas apenas sobre um reator de propulsão de pequena capacidade.



Tourinho cobra verbas federais

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) cobrou do governo a inclusão das dotações orçamentárias destinadas aos estados exportadores no Orçamento Geral da União de 2005, que deverá ser votado até o final do ano legislativo. A seu ver, a inexistência das dotações na mensagem presidencial enviada este ano "é inaceitável" e contraria a política de incentivos à exportação praticada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Magno Malta repudia decisão do Cade

Protesto contra a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de rejeitar a proposta da Nestlé de compra da fábrica de chocolates Garoto, no Espírito Santo, foi feito por Magno Malta (PL-ES). Além de defender a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) "para abrir a caixa-preta do Cade", o senador pediu pressão na votação de projeto de decreto legislativo de sua autoria que susta os efeitos da decisão do órgão contrária à compra da Garoto.

Aelton apóia as prefeituras

O senador Aelton Freitas (PL-MG) defendeu a proposta de aumento dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) feita por várias entidades, entre as quais a Associação Mineira de Municípios. O principal ponto reclamado pelas prefeituras é a ampliação de 1% no FPM, a partir de 10 de dezembro, conforme estabelece proposta de emenda à Constituição (PEC 255) a ser votada na Câmara dos Deputados e posteriormente no Senado.

Osmar Dias quer uso correto da Cide

Osmar Dias (PDT-PR) voltou a pedir explicações do governo federal sobre a aplicação dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), criada para recuperar as rodovias. Para o senador, o governo comete crime de responsabilidade ao mudar a finalidade das verbas. Como só 25% dos R\$ 11 bilhões arrecadados com a Cide este ano serão usados nas estradas, o crime de responsabilidade estaria patente, diz o senador Osmar Dias.

Jucá será o relator do Orçamento

Ao anunciar ter sido escolhido relator do Orçamento para 2005, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse estar consciente das grandes dificuldades que terá pela frente e prometeu agir com "responsabilidade e espírito de equipe", na busca de um projeto que atenda ao máximo às reivindicações dos congressistas. Jucá afirmou que o Orçamento terá que contemplar um aumento do salário mínimo mais adequado às necessidades do trabalhador, sem comprometer as contas da Previdência Social.

PLENÁRIO

Lei do Abate amplia ação da FAB, diz Tuma

Com a entrada em vigor, no último dia 18, da Lei do Abate, que permite a derrubada de aeronaves clandestinas que se recusarem a cumprir ordens de identificação no espaço aéreo nacional, a responsabilidade da Força Aérea Brasileira (FAB) aumentou consideravelmente. A avaliação é do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que homenageou a

FAB em discurso na sexta-feira, lembrando que no sábado, dia 23, seria comemorado o Dia do Aviador.

No discurso, Romeu Tuma cobrou do governo federal a renovação das aeronaves militares para que o país tenha condições de patrulhar com eficiência seu espaço aéreo.

– Estamos chegando a uma década de angústia da Aeronáu-

tica, pois as aeronaves de caça estão vencidas. O comandante da Aeronáutica veio ao Senado e disse que não havia nem capacidade de reforma dos aviões que circulam pelo Brasil. O governo tem a obrigação de raciocinar em termos de segurança nacional. São necessários aviões rápidos para controlar toda a região de fronteira que é imensa – afirmou o senador.

Senador defende eficiência do processo administrativo

O senador Romeu Tuma apresentou um projeto de lei que modifica a legislação sobre servidores públicos (Lei 8.112/90) para tornar mais rápido e eficiente o processo administrativo de apuração de denúncias contra funcionários. De acordo com o texto, o presidente da comissão de investigação contra um servidor poderá requisitar cópias das provas em processo penal. Isso inclui documentos relativos a depoimentos, acareações, investigações, laudos periciais e até os atos processuais.

– O uso no processo administrativo das provas colhidas no processo penal contribui para otimizar a atividade persecutória do Estado, daí a necessidade de se prever e mesmo sugerir à comissão de inquérito disciplinar que lance mão desse fundamental instrumento – explicou Tuma.

O senador ressalta, na justificativa, ser necessário ao presidente da comissão atuar com responsabilidade nesses casos, sob o risco de ter que responder por evidente atentado aos princípios administrativos.

CAMPANHA - Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) advertiu na sexta-feira, em Plenário, que há uma campanha internacional inteligentemente preparada para frear o desenvolvimento do Brasil. A campanha, observou, usa como argumento a defesa do meio ambiente, da ecologia e das populações indígenas, mas sustenta interesses econômicos de grandes potências mundiais.

– Temos que ter a clareza de fazer o diagnóstico e nos insurgir contra essas medidas – afirmou o senador de Roraima.

Presidência

Biografia de Brossard é lançada no Senado

O presidente do Senado, José Sarney, compareceu, na terça-feira, ao lançamento do livro *Brossard: 80 anos na história política do Brasil*, que traz a biografia do ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), ex-senador, ex-consultor-geral da República e ex-ministro da Justiça no governo Sarney, Paulo Brossard, que também esteve no evento, realizado no Salão Nobre do Senado. O livro é de autoria do jornalista Luiz Fernando Valls e contém mais de 50 horas de entrevistas com Brossard, além de pesquisas que recuperam a história do país, como a reconstrução democrática após o Estado Novo, o governo JK, a ditadura, até a restauração democrática.

Sarney afirmou que se sentia



Ao lado de Sarney e do presidente do STF, Nelson Jobim, Brossard e sua esposa, dona Lúcia, participam da homenagem

privilegiado em receber Brossard e proclamou que “esse é um livro definitivo, subsídio valioso para a história do país, porque Brossard faz parte da história do Brasil”.

Sobre as qualidades do amigo, Sarney disse que “Brossard é uma daquelas criaturas que Deus botou no mundo para enfeitar a Humanidade”.

Procuradores defendem ampliação do diálogo

O presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, Roberto Bandeira Pereira, foi recebido na terça-feira pelo presidente do Senado, José Sarney, com quem conversou sobre a conveniência de ampliar a aproximação entre o Ministério Público e a sociedade, especialmente os parlamentares. Pereira pediu a Sarney autorização para o Senado sediar um seminário, ainda este ano, destinado a intensificar o diálogo entre o Ministério Público e a cidadania. Sarney prometeu apoio para a iniciativa.

Manual para orientar apresentação de emendas

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, esteve no Senado na terça-feira para entregar ao presidente José Sarney manual de apoio aos parlamentares na apresentação de emendas ao Orçamento de 2005 relativas aos programas do ministério, com previsão de recursos na ordem de R\$ 2 bilhões. O documento será distribuído aos senadores e deputados. Segundo Dutra, Sarney recebeu “muito bem” a iniciativa do ministério. Olívio Dutra esclareceu ainda que o manual tem o objetivo de capacitar e reduzir ao mínimo a dispersão e fragmentação das emendas.

Herzog: senadores criticam nota do Centro de Comunicação Social

A publicação pela imprensa de supostas fotos do jornalista Wladimir Herzog ainda vivo numa cela do DOI-Codi de São Paulo, um dos principais centros de tortura no regime militar, provocou reações de senadores na semana passada. O que mais incomodou os parlamentares foi uma nota do Centro de Comunicação Social do Exército que, em resposta à publicação, afirmou que o regime militar foi fruto de “clamor popular em resposta ao movimento subversivo” e que a divulgação das fotos era “revanchismo”.

– Não é possível que a maioria esmagadora dos oficiais do Exército brasileiro confirme o que está escrito na nota da Comunicação Social do Exército – reagiu Sérgio Cabral (RJ).

Para Cristovam Buarque (PT-DF), a divulgação da segunda nota – assinada pelo comandante do Exército, Francisco Albuquerque, e lida em Plenário pela líder do PT, Ideli Salvatti (SC) – mostrou que o Exército está em sintonia com “os tempos democráticos de hoje”. A mesma opinião foi externada por Pedro Simon (PMDB-RS) e Edison Lobão (PFL-MA).

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a nota do comandante do Exército “realmente expressa o pensamento das Forças Armadas” e considerou que “esse assunto já está absolutamente ultrapassado”.

Lobão condena cobrança de imposto antes da produção

O Brasil está cada vez mais se notabilizando como um país cobrador de impostos, e não como uma nação aberta à expansão econômica e à geração de emprego e renda, alertou na sexta-feira o senador Edison Lobão (PFL-MA), ao se mostrar “estarecido” com notícia segundo a qual o Grupo Gerdau terá de pagar ao governo cerca de R\$ 225 milhões de impostos. Os tributos são relativos à construção, importação e compra de equipamentos, antes mesmo de iniciar a produção na usina siderúrgica se sua propriedade localizada em Araçari, no estado de São Paulo, disse o parlamentar.

No entender de Lobão, a cobrança de impostos antes do começo da produção “ultrapassa a barreira do absurdo”. Ele acredita não ser difícil se imaginar que a cobrança antecipada de



Edison Lobão critica também grande volume de documentos para implantação de projetos

impostos deve também ocorrer em todo o país, “pulverizando iniciativas criadoras das quais tanto necessitamos”.

O avanço da burocracia, na visão do senador, não está restrito ao setor de investimento. Segundo ele, grandes projetos se encontram parados em razão da exigência de uma série de documentos imposta por órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Augusto elogia esforço no combate à hanseníase

A taxa de ocorrência de hanseníase no Brasil é de 4,5 para cada 10 mil habitantes, informou na quinta-feira o senador Augusto Botelho (PDT-RR), ao elogiar o empenho do governo federal no combate à doença. Ele observou que, para que a hanseníase seja eliminada como problema de saúde pública, segundo a Organização Mundial da Saúde, a prevalência deve ser de menos de um caso por 10 mil pessoas.

Augusto registrou o lançamento, pelo ministro da Saúde, Humberto Costa, e pelo secretário de Vigilância em Saúde, Jarbas Barbosa, das “Cartas de Eliminação da Hanseníase”. O documento, disse, contém informações sobre a descentralização do diagnóstico e tratamento, e o quadro epidemiológico de 2003.

O parlamentar assinalou que, nas regiões brasileiras, as prevalências são de 11,44 no Norte;



Augusto Botelho afirma que governo federal reconhece a gravidade do problema

8,75 no Centro-Oeste; 6,73 no Nordeste; 2,40 no Sudeste; e 0,79 no Sul. Em 2003, o Brasil registrou, em números absolutos, 79,9 mil casos de hanseníase, sendo 49 mil novas notificações.

– É importante assinalar que o governo tem reconhecido a gravidade do problema da hanseníase no país – frisou Augusto. Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) afirmou que o ministério deveria promover campanhas mais esclarecedoras sobre a doença.

Sarney e João Paulo querem acordo para CMO

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, discutiu com o presidente do Senado, José Sarney, na quarta-feira, uma solução para a retomada dos trabalhos da Comissão Mista de Orçamento (CMO), que está sem funcionar desde agosto, quando a resolução que definia a sua regra de atuação perdeu a validade. Ficou acertado que o presidente da CMO, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), conversará com as lideranças na Câmara e no Senado para buscar um acordo, que será encaminhado posteriormente à presidência do Congresso para que seja objeto de resolução.

PLENÁRIO

Ministro deverá esclarecer desvios no Bolsa-Família

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, vai comparecer à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para informar sobre as ações do governo para combater os abusos cometidos no cadastramento das famílias beneficiadas pelo programa Bolsa-Família, mostrados pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão. A data ainda será marcada.

De acordo com a reportagem veiculada pela *TV Globo*, até pessoas pertencentes à classe média estariam sendo beneficiadas pelo programa, em detrimento das famílias carentes ou situadas abaixo da linha da pobreza, com o recebimento de recursos para a compra de gás de cozinha e o bolsa-escola.

A idéia de convidar o ministro partiu da líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), que apresentou requerimento. Para ela, o próprio ministro Patrus Ananias mostrou-se interessado em vir ao colegiado para detalhar o programa e ouvir sugestões para que o Bolsa-Família – que beneficia

cerca de 6,5 milhões de famílias e consumirá R\$ 6 bilhões somente este ano – seja mais bem fiscalizado.

A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), enalteceu o requerimento apresentado por Ideli, chegando a subscrevê-lo, a exemplo do senador Flávio Arns (PT-PR), que propôs a entrada de entidades, como as Associações de Pais e Mestres, na fiscalização.

Em Plenário, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou do governo Luiz Inácio Lula da Silva a correção de erros que estão prejudicando o acesso dos mais necessitados aos programas sociais.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o Bolsa-Família é um estágio em direção a um programa muito melhor, que é o da Renda Básica da Cidadania, a que todos



CÉLIO AZEVEDO

Suplicy diz que o Bolsa-Família é estágio em direção a programa de Renda Básica da Cidadania

os brasileiros terão direito. Em seguida, Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que coloque Suplicy à frente do futuro programa, pois “não há ninguém que conheça mais esse assunto”.

Simon quer ouvir governo sobre a situação no Haiti

Depois de ler manchetes na imprensa sobre o agravamento da crise no Haiti, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a convocação dos ministros Celso Amorim, das Relações Exteriores, e José Viegas, da Defesa, para prestarem esclarecimentos sobre o que realmente está acontecendo naquele país, especialmente em relação à segurança dos soldados brasileiros que integram missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU).

O senador disse que, segundo o noticiário, as tropas brasileiras enviadas ao Haiti estariam acudadas e sem condições de cumprir sua missão. Simon registrou que 50 pessoas foram mortas nos últimos dias em combates nas favelas de Porto Príncipe, a capital, onde vivem 2 milhões de pessoas em condições precárias.

O Brasil tem 1.200 soldados servindo no Haiti, sendo 800 gaúchos, que integram a força de Paz da ONU, formada por 3.675 soldados – número, segundo ele, inferior aos 6.700 prometido pela organização.

Informações da CPI da Terra geram polêmica

Membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana (CPI da Terra), entre eles o relator, deputado João Alfredo (PT-CE), comunicaram na quarta-feira (20) ao presidente do Senado, José Sarney, que entregaram representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado contra o presidente da CPI, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que teria vazado à imprensa dados fiscais e bancários sigilosos da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab). O senador Romeu Tuma (PFL-SP), corregedor do Senado,

acompanhou a audiência.

Alvaro repudiou a acusação e afirmou que integrantes da CPI querem impedir que irregularidades sejam apuradas. Segundo disse, as informações de que a Concrab transferiu recursos para o dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) José Rainha não são exclusivas da comissão. Para ele, a denúncia teve origem na imprensa e no Ministério Público. Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que Alvaro convoque a CPI para esclarecer a quebra de sigilo.

Integrante da CPI, o senador Sibá Machado (PT-AC) partici-

pou da reunião com Sarney e Tuma e se disse indignado com a disputa política que, na sua opinião, levou ao vazamento. Ele alertou que o Congresso pode perder seu poder de investigação por meio das CPIs. Para o senador Magno Malta (PL-ES), se quebras de sigilos se tornarem ferramenta de pressão política, as CPIs ficarão desacreditadas.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou que a possibilidade de os trabalhos das CPIs da Terra e do Banestado serem inviabilizados humilha o Congresso ao retirar-lhe a prerrogativa de fiscalizar o Executivo.

Mozarildo pede que STF decida sobre reserva

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) apelou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que deixe nas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF) a decisão final sobre a homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, afastando a Fundação Nacional do Índio (Funai) dessa deliberação. “Aliás, não tem lugar melhor para ela ser definida”, disse.

Ele repudiou reportagem do jornal americano

The New York Times, no último dia 15, republicada em português na página na Internet do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A matéria afirma que pecuaristas e plantadores de arroz estão convencendo juízes a ordenar que os índios saiam da reserva Raposa/Serra do Sol. O parlamentar qualificou a reportagem como “um conjunto absurdo de mentiras”.

Senadores criticam MP da soja

O senador Osmar Dias (PDT-PR) considerou tardia a edição da Medida Provisória 223/04, que define novas regras para o plantio e a comercialização de soja geneticamente modificada da safra de 2005, e apontou um equívoco no artigo 7º da MP. Conforme observou, esse dispositivo só permitiria o plantio de sementes transgênicas já estocadas pelos produtores.

– Essa MP deu legitimidade a quem contrabandeou semente da Argentina – afirmou, lamentando a decisão do governo federal de impedir que empresas de pesquisa agropecuária, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), comercializem as sementes básicas já processadas.

Osmar Dias apelou por mudanças na MP 223/04 ainda na Câmara, no que

recebeu o apoio do senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

– Não entendi a que veio o artigo que proíbe a Embrapa de comercializar 30 mil sacas de sementes – disse Suassuna, reiterando que ele “incentiva o contrabando e impede o uso de semente de qualidade”.

Osmar Dias criticou ainda a decisão do governador do Paraná, Roberto Requião, de manter a proibição de transporte de soja geneticamente modificada pelo Porto de Paranaguá, a quem acusou de ter “uma posição radical contra os transgênicos, sem base técnica”.



MOREIRA MARIZ

Suassuna: artigo incentiva o contrabando

Projetos

Novo horário para A Voz do Brasil

Com o intuito de aumentar a audiência do programa de rádio oficial do governo, *A Voz do Brasil*, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) propôs que o horário da atração seja mudado. De acordo com seu projeto (PLS 294/04), ela seria exibida no horário compreendido entre as 18h e as 20h, ou entre as 5h e as 8h do dia seguinte. A medida, argumentou o senador, trará maior eficácia à função informativa e integradora do programa *A Voz do Brasil*.

Crivella propôs mudança na Lei Eleitoral

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentou projeto a fim de proibir que candidatos a cargo do Poder Executivo participem de inaugurações de obras públicas nos três meses que precedem o pleito e que utilizem as realizações em propaganda, eleitoral ou institucional, nos seis meses que antecedem a votação. “Adotado esse critério, estaremos coibindo o péssimo hábito de alguns administradores de deixar para o ano eleitoral a conclusão de obras, disso tirando proveito político”, justificou Crivella.

Redução da multa sobre demissão

Proposta apresentada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) reduz progressivamente a multa sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) paga pelo empregador nos casos de demissão arbitrária ou sem justa

causa (PLS 292/04). A taxa, que é de 40% no primeiro ano de contratação, deverá, segundo o projeto, ser reduzida para 20%, no segundo ano, e para 10%, a partir dos 24 meses de contratação.

Recursos para colônias de pesca

A exploração do petróleo no litoral brasileiro pode prejudicar pescadores artesanais, que ficam proibidos de pescar em áreas próximas às plataformas. Para diminuir os danos causados a esses trabalhadores e dar condições para que eles possam aprimorar suas atividades, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou proposta determinando que parte dos *royalties* decorrente da exploração do petróleo na plataforma continental seja repassada a colônias de pesca (PLS 293/04).

Mudança no símbolo das Armas Nacionais

O símbolo das Armas Nacionais é composto por um ramo de café, à direita, e de fumo florido, à esquerda, sob a estrela de cinco pontas, numa evocação às riquezas agrícolas do país. Para Valmir Amaral (PMDB-DF), a presença do fumo no símbolo contraria as medidas de combate ao tabagismo do governo. Por isso, ele apresentou projeto (PLS 291/04) sugerindo que o ramo de fumo florido seja substituído pela planta da cana-de-açúcar.

PLENÁRIO

ISABELA LYRIO



Proposta visa facilitar acesso a bolsas de estudos para ampliar número de jovens nas universidades

Eduardo quer acabar com fiador para o Fies

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) protestou contra a exigência de um fiador para o estudante que queira se candidatar a uma bolsa de estudos assegurada pelo Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies), administrado pelo Ministério da Educação (MEC), e anunciou que apresentará projeto de lei para acabar com a determinação. Eduardo disse também que apresentará proposta que permita aos parlamentares destinarem

suas emendas pessoais ao Orçamento da União (R\$ 2 milhões cada) para bolsas de estudo.

O senador concordou com o ministro da Educação, Tarso Genro, que classificou como "um escândalo" os números do mais recente Censo da Educação do Ensino Superior, segundo o qual as universidades privadas estão com 47,3% das vagas ociosas.

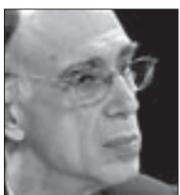
– Estamos perdendo 40 mil jovens por ano, entre 18 e 24 anos de idade, para o narcotráfico, o

crime organizado e a violência – afirmou.

Eduardo Siqueira Campos protestou também contra a insistência do MEC de manter na sua página da Internet a referência à exigência de fiador, mesmo após a Justiça Federal ter determinado o seu cancelamento.

– Apenas 9% dos jovens brasileiros conseguem chegar às universidades. Não atingiremos a meta de 30% para este ano – assinalou.

FREI CANECA - O senador Marco Maciel (PFL-PE) anunciou que vai apresentar projeto de lei para incluir o nome do padre Joaquim do Amor Divino Rabelo, historicamente conhecido como Frei Caneca, no *Livro dos Heróis da Pátria*, guardado no Panteão da Liberdade e da Democracia



Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Frei Caneca foi o líder do movimento republicano chamado Confederação do Equador, em 1824, pelo qual Pernambuco transformou-se em Estado independente. Em consequência do levante, Frei Caneca foi condenado à morte e executado por ordem de d. Pedro I no dia 13 de janeiro de 1825.

Cristovam apóia a federalização do ensino

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) defendeu a federalização da escola pública básica, ressaltando que isto não significa que o governo deva assumir todas as 180 mil escolas, nem os 2,5 milhões de professores e tampouco tentar gerenciar, em Brasília, todo o sistema estadual e municipal de ensino.

– A federalização significa que o governo federal tomará as crianças brasileiras como uma preocupação nacional, suas escolas como uma preocupação de todo o Brasil e não de cada cidade – assinalou.



21 ANOS DE JORNAL - O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) comemorou, em discurso, o 21º aniversário do jornal *Folha de Boa Vista*, que circulou pela primeira vez em 21 de outubro de 1983. Mozarildo leu um histórico do jornal, criado quando Roraima era ainda território federal e, mesmo assim, surgiu com a proposta de se tornar um jornal independente.

O senador lembrou que a *Folha* foi criada pelos jornalistas Fernando Estrela (o único que ainda hoje vive em Roraima), Sandra Regina Tarcitano e Cosette Espíndola de Castro, além de um antigo funcionário da Telebrás da Paraíba, Cícero Cruz.

Paim cobra regras para pesquisas

Ao lembrar que a contagem dos votos do primeiro turno das eleições municipais deste ano revelou muitas surpresas com relação às previsões feitas pelos institutos de pesquisa, o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu regras mais claras para a divulgação dos resultados destas consultas à população. Ele sugeriu que o Brasil siga o exemplo da França, onde as pesquisas não podem ser divulgadas na proximidade das eleições.

Aelton exalta votação do PL

O senador Aelton Freitas (PL-MG) destacou o desempenho de seu partido no primeiro turno das eleições municipais deste ano e enfatizou o aumento de 45,9% no número de prefeitos da legenda: o partido, que detinha 61 prefeituras em Minas Gerais, passou a ter 89 após a última eleição, podendo chegar a 90 se vencer o segundo turno em Uberlândia com o deputado estadual João Bittar. O PL obteve 1,228 milhão de votos no estado, um crescimento de 87,4% em relação a 2000.

Serys lembra agressões impunes

A agressão doméstica sofrida pela farmacêutica-bioquímica Maria da Penha Maia Fernandes, praticada em 1983, mas impune até 2002, foi citada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) para lembrar o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Para a senadora, é "assombroso e deprimente" que apenas 2% das denúncias de violência doméstica no país resultem em condenação. O caso de Maria da Penha custou ao Brasil uma condenação internacional.

Simon defende o registro único

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu mais uma vez a regulamentação da Lei 9.454/97, de sua autoria, que institui um número único para todos os documentos dos cidadãos brasileiros. "Desde que foi aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República, venho acompanhando e apelando ao Executivo, sem sucesso. Desde então, o país já teve dez diferentes ministros da Justiça e nenhum passo foi dado pela regulamentação", criticou Pedro Simon.

Parlamentares se unem pelas crianças

A criação de uma rede internacional de mulheres parlamentares em defesa da infância e da adolescência foi apontada pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) como um dos avanços obtidos pela conferência mundial da qual a senadora participou, encerrada em Roma, no dia 18. A idéia é que essa rede faça um "incansável monitoramento do cumprimento dos preceitos da Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas, ratificada pelo Brasil em 1990".

Senado presta homenagem à LBV

O Senado homenageou, na quinta-feira (21), o 15º aniversário da fundação do Templo da Boa Vontade, um dos pontos turísticos mais visitados de Brasília, construído pela Legião da Boa Vontade (LBV). Na sessão, que teve a presença de José Eduardo de Paiva, filho do presidente da LBV, José de Paiva Neto, os senadores destacaram o trabalho assistencial desenvolvido pela entidade.

A LBV atende pessoas carentes – crianças, idosos e deficientes – em mais de 60 cidades brasileiras e em outros países, como Portugal, Argentina, Uru-

guai, Bolívia, Paraguai e Estados Unidos, com reconhecimento oficial das Nações Unidas.

– Com o ideal do ecumenismo, a LBV prega o ideal do triunfo do amor, da verdade e da justiça como meio de se chegar à paz e harmonia mundiais – disse o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), autor do requerimento para realização da homenagem.

Também os senadores Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Paulo Paim (PT-RS) e Paulo Octávio (PFL-DF) elogiaram a atuação da LBV e de outras entidades do terceiro setor.

Sessão solene pelo Dia do Médico

Os médicos foram homenageados em seu dia, 18 de outubro, no Plenário, quando os senadores cobraram mais atenção à saúde pública no país. A sessão foi realizada a pedido dos sete senadores médicos: Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), Papaléo Paes (PMDB-AP), Mão Santa (PMDB-PI), Tião Viana (PT-AC), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Augusto Botelho (PDT-RR) e Mário Calixto (PMDB-RO).

Para Papaléo, a melhor homenagem é priorizar a saúde pública e garantir-lhe melhores condições de trabalho e remuneração. Mão Santa declarou que médicos e políticos têm em comum a busca pelo bem-estar

social. Mozarildo homenageou médicos brasileiros notáveis, mas lamentou que muitos brasileiros estejam excluídos dos avanços da medicina moderna.

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) lamentou a falta de médicos em estados como Tocantins, Amapá e Roraima. A remuneração dos planos de saúde aos médicos foi pedida por Heráclito Fortes (PFL-PI), que criticou a presença de médicos cubanos no Brasil.

Também exaltaram a profissão do médico os senadores Paulo Octávio (PFL-DF), Marco Maciel (PFL-PE), Ramez Tebet (PMDB-MS), Marcelo Crivella (PL-RJ) e Leonel Pavan (PSDB-SC).

TUBERCULOSE - O senador Augusto Botelho (PDT-RR) informou que um terço da população mundial está infectada pela tuberculose e observou que esta não é uma doença do passado, como muitos pensam. "Bem ao contrário, a tuberculose está em estado de emergência, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como enfermidade reemergente desde 1993", alertou Botelho.

CONSCIÊNCIA NEGRA - Ao registrar que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul declarou inconstitucional a lei municipal que fazia do 20 de novembro feriado em Porto Alegre, em homenagem ao Dia da Consciência Negra, o senador Paulo Paim (PT-RS) comunicou que apresentou projeto transformando a mesma data, já celebrada em todo o país como Dia Nacional da Consciência Negra, em feriado nacional.

PAPILOMA VÍRUS - Presidente da Subcomissão de Saúde, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) alertou as autoridades sanitárias sobre o aumento da incidência do vírus Human Papiloma Virus (HPV), doença sexualmente transmissível que atinge uma em cada cinco mulheres que se submetem a exame ginecológico. Mais de 40% dos adultos sexualmente ativos, no Brasil, estão infectados por um ou mais tipos de HPV.

DISCRIMINAÇÃO - O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) anunciou a aprovação, pela Câmara, do projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que expurga do Código Penal artigos que discriminam a mulher. A matéria volta ao exame do Senado porque sofreu modificações na Câmara.



Voz do Leitor

TRANSPosição DO RIO SÃO FRANCISCO

“Solicito das senadoras Heloísa Helena e Patrícia Saboya que entrem em consenso sobre o projeto de transposição do Rio São Francisco, que irá beneficiar a população ribeirinha do rio e as pessoas que não têm acesso à água no estado do Ceará.”
Cleyton de Oliveira da Silva, de Morada Nova (CE)

GRATUIDADE PARA CPF

“Gostaria de sugerir ao notável senador da República Eduardo Suplicy que apresente um projeto de lei tornando gratuita aos cidadãos brasileiros a inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF). Esse documento, tão essencial quanto a identidade civil, o título de eleitor, a certidão de nascimento e a de reservista, é o único cobrado, o que dificulta à população mais carente exercer sua cidadania de forma plena. Sem esse documento, o cidadão não poderá realizar atividades corriqueiras como abrir conta em banco ou mesmo fazer empréstimo, matricular-se na universidade e participar de programas sociais do governo.”
Antonio Regylário Albuquerque Pessoa, de Fortaleza (CE)

TRANSPORTE DE IDOSOS

“Senador Paulo Paim, de acordo com o capítulo X, artigo 39º, parágrafo 2º do Estatuto do Idoso, são reservados 10% dos assentos de transporte público devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos. Entendo que esse parágrafo

não é restritivo e sim ampliativo. A empresa Viação Galo Branco, que faz o percurso Niterói-São Gonçalo, só deixa entrar quatro idosos, independentemente de estar o ônibus cheio ou vazio.”

Ayrton Guimarães, de São Gonçalo (RJ)

NORDESTE DA BAHIA

“Senador César Borges, todos nós sabemos que a região nordeste da Bahia é muito sofrida e castigada pela fome, seca e pela pobreza. Quero saber por que essa região é tão esquecida pelo governo do estado.”

Carlito de Souza Santos, de Sítio do Quinto (BA)

ENSINO FUNDAMENTAL

“Senadores, é com profunda tristeza que expresso grande preocupação com o ensino fundamental. As propagandas em relação ao ensino fundamental, de governos passados e do atual, não condizem com a realidade. Existe uma preocupação política em maquiagem os resultados. Essa promoção automática serial é mal interpretada, levando o aluno à 4ª série do ensino fundamental sem saber ler e escrever. Dessa forma, fica fácil apresentar gráficos coloridos mostrando repetência e evasão escolar quase zero. Sugiro que se resolva a questão salarial dos professores, que sejam capacitados e se crie uma secretaria de fiscalização, com pessoas não ligadas ao governo e que tenham preocupação com qualidade de ensino.”

Luiz Oliveira da Silva, de Cruzeiro (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211). O endereço do leitor e a autorização para publicação são necessários.

Pergunte ao Senador

TRANSPORTE ESCOLAR

José Erivan de Andrade, de Camalau (PB)

“Senador, existe alguma lei que proíba o transporte de alunos em carros abertos?”

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) responde:

Os veículos especializados em transporte escolar devem observar as decisões do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Para que os estudantes sejam transportados em segurança, o veículo não pode, por exemplo, ser aberto. Toda regulamentação voltada para a segurança do transporte escolar diz respeito ao transporte de grupo de estudantes e o veículo pode ser particular (pessoa ou firma contratada pelos pais ou responsáveis) ou público (caso de algumas prefeituras ou estados que, em geral, cuidam do transporte de alunos residentes na área rural). Não é o caso, portanto, do transporte individual do estudante, feito por pessoas da família ou conhecidos. Aqui não haveria a proibição de transporte em veículo aberto, por exemplo, num jipe. Os veículos particulares de passeio devem, é claro, circular conforme as normas gerais de segurança. Porém, as normas específicas para o transporte escolar estão restringidas àqueles outros casos.



JANE ARAÚJO

AGENTES COMUNITÁRIOS

José Tales Nunes, de Campos de Goytacazes (RJ)

“Gostaria de saber por que os agentes comunitários de saúde não têm carteira de trabalho assinada.”

O senador Sergio Cabral (PMDB-RJ) responde:

Caro José Tales, isso é uma ilegalidade. Os agentes comunitários de saúde são pagos com o dinheiro do Ministério da Saúde e a falta de registro em carteira é uma irresponsabilidade dos agentes públicos. Você tem toda razão em fazer a denúncia. Enviarei ao Ministério da Saúde requerimento de informações para apurar os fatos relatados por você e para verificarmos se a prefeitura de Campos de Goytacazes não está cumprindo a legislação trabalhista. Não é possível que um agente comunitário, alguém que representa o poder público em atendimento de saúde e na prevenção de doenças, que presta informações importantes à comunidade, não esteja sendo tratado com o devido respeito.



J. FREITAS

Frases

“Não existe pensamento retrógrado nas Forças Armadas. Ao contrário. Isso foi apenas um incidente de percurso”

José Sarney, ao afirmar que considera superado o incidente em torno da nota publicada pelo Exército a respeito das fotos que seriam de Vladimir Herzog, tiradas no Doi-Codi de São Paulo, de onde o jornalista saiu morto, em 1975.

“A extinção das MPs é a solução para restabelecer o equilíbrio entre o Legislativo e o Executivo”

Papaléo Paes, autor da PEC que extingue as medidas provisórias.



J. FREITAS

“Eu pensava que deveríamos ter MPs, mas, como há o abuso, hoje defendo a extinção do instituto”

Osmar Dias, relator da PEC que deu origem à Emenda Constitucional 32/02, que criou as medidas provisórias.

“Esse projeto tem tudo para dar certo, mas o governo precisa ter um pouco mais de humildade”

Pedro Simon, ao comentar as denúncias contra os programas Bolsa-Família e Bolsa-Escola e apoiar a implantação do Programa da Renda Básica de Cidadania como forma de se ter um registro único das ações na área social, com o objetivo de evitar fraudes.

“Esses parlamentares não têm autoridade moral, nem competência para insinuar qualquer tipo de irregularidade que eu possa ter cometido na presidência da CPI da Terra”

Alvaro Dias, criticando decisão de integrantes da CPI da Terra de entrar com representação junto ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o senador sob a acusação de que ele teria vazado informações confidenciais.



MOREIRA MARIZ

Foto da Semana

Estudantes que integram o Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, participaram de solenidade na Câmara dos Deputados, na terça-feira (19), em homenagem aos atletas olímpicos brasileiros. O programa oferece prática esportiva, reforço escolar e alimentação a jovens carentes, em horário oposto ao turno em que estudam. Atualmente são atendidos 800 mil alunos no país



19/10/04 - JANE ARAÚJO

Especialista debate eleições na TV Senado

O sistema eleitoral brasileiro e o pleito deste ano são temas do programa *Entrevista*, da TV Senado, que vai ao ar nesta segunda, às 12h30. O convidado é o professor da Universidade de Brasília e cientista político Octaciano Nogueira. O programa será reapresentado na terça-feira, às 19h30.

O *Conversa de Músico* que será transmitido nesta segunda, às 19h, entrevista o quinteto de sopros *Brasília Ensemble*. Composto por Ariadne Paixão na flauta, Bojin Nedialkov no oboé, Renata Menezes na clarineta, Fernando Moraes na trompa e Flávio Figueiredo no fagote, o grupo apresenta arranjos e composições das músicas clássica e popular brasileira.

A reforma tributária, aprovada pelo Congresso no fim do ano passado, será discutida pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e



pelo presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, no *Cidadania* desta segunda, às 19h30, com reprise na sexta-feira, no mesmo horário.

A TV apresenta ainda o *Fala Cidadão*, com respostas dos senadores a perguntas feitas pela população, por meio do telefone 0800 61-2211 ou pelo endereço eletrônico tv@senado.gov.br. O programa vai ao ar na segunda-feira às 2h30, 5h30 e 9h30; nos sábados, às 13h e 20h; e nos domingos, às 11h, 17h e 23h.

Na quinta-feira, às 19h30, o *Cidadania* tem como tema a busca pela qualidade na televisão. Às 20h30, o *Entrevista* recebe o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que fala sobre o projeto que regulamenta as parcerias público-privadas (PPP), em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Além disso, a TV Senado apresenta diversos noticiários para informar os cidadãos sobre as atividades da Casa. A emissora produz três edições do *Jornal do*

Senado, seu principal informativo, que traz um resumo dos principais fatos do dia e dos trabalhos dos senadores, e a repercussão na sociedade. O noticiário vai ao ar às 14h15, 18h30 e 21h.

Críticas, sugestões e projetos em discussão no Senado Federal, e a opinião dos parlamentares sobre os grandes temas nacionais tratados no Plenário são assuntos do programa *Idéias*, que é transmitido nos sábados, às 11h, 17h30, e 23h; e nos domingos, às 13h e 21h.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões

- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

PUBLICAÇÕES

Livro de cabeceira para o político e o cidadão

ALEXANDRE GUIMARÃES

Para o estudioso da arte política, *Conselhos aos governantes* é uma compilação do pensamento político. Para o político, um manual repleto de dicas sobre como governar. Para o cidadão, uma obra-prima feita para aprofundar-se no tema. Para todos, livro de cabeceira.

Conselhos aos governantes, volume 15 da coleção "Edições do Senado Federal", reúne 13 textos nos quais a tônica é a administração pública desde o século 4 a.C., na ilha de Chipre, até o Brasil imperial do século 19.

A Nicocles, de Isócrates, que abre a coletânea, ensina as qualidades de um rei virtuoso e é texto coetâneo ao de Platão (*Aos amigos e parentes de Dionísio*), no qual tenta converter Dionísio, o Jovem, em um bom governante.

Surpreendentemente análogos, apesar dos 18 séculos que os separam, são as publicações do indiano Kautilya, *Arthashastra*, e de Maquiavel, *O Príncipe*, este enriquecido pelos comentários de Napoleão Bonaparte e Cristina da Suécia.

A obra de Erasmo de Roterdã, *A educação de um príncipe cristão*, escrito três anos após o de Maquiavel, trata da administração das monarquias hereditárias.

Os conselhos de dom Quixote a Sancho Pança, ao ser este nomeado governador da ilha de Concusión, são uma pérola tirada da publicação de Miguel de Cervantes.

O texto do cardeal Mazzarino, *Breviário dos políticos*, e a *Suma política*, de Sebastião César de Meneses, são importantes manuais para a política de sua época.

Testamento político é o nome da obra de Maurício de Nassau e de d. Luís da Cunha, com conselhos a seus sucessores. Frederico II, da Prússia, considerado por muitos um dos maiores governantes do século 18, deixa-nos *O anti-Maquiavel*, texto atual e exemplo a todos os governantes.

Por fim, dois textos influem diretamente na política brasileira, a *Carta ao sobrinho*, Governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, do Marquês de Pombal, e as cartas *À regente d. Isabel*, de d. Pedro II.



Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. *Conselhos aos governantes*, volume 15, da coleção "Edições do Senado Federal", custa R\$ 30 e pode ser adquirido pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone 0800 61-2211.

TRANSPARÊNCIA

Você pode saber como vota o seu senador

O Senado está oferecendo um novo serviço aos internautas. A partir de agora é possível conhecer os votos dados pelos 81 senadores nas votações nominais (aquelas em que cada parlamentar vota individualmente, em sessões abertas). O serviço é oferecido pela Secretaria Geral da Mesa, dirigida por Raimundo Carreiro. Em setembro, a secretaria já havia disponibilizado na Internet a ordem do dia eletrônica, que traz a pauta completa do Plenário, com a íntegra dos projetos em discussão e os pareceres aprovados nas comissões.

O novo serviço permite que os usuários acompanhem o voto de cada senador desde 1996. As votações anteriores – que hoje podem ser encontradas em meio impresso, no Diário do Senado Federal – serão incluídas poste-

riormente pela Secretaria Especial de Informática (Prodasen), parceira da Secretaria Geral da Mesa no Projeto Modernização do Plenário do Senado, que tem como um dos objetivos ampliar o alcance das informações legislativas à população.

Para ter acesso ao voto, basta consultar a página individual do parlamentar – a lista completa dos 81 senadores está no endereço www2.senado.gov.br/sf/senadores. Chegando à página do senador, existe um link chamado "Votações" (no canto inferior esquerdo), que remete aos anos, desde 1996. Em cada ano existe um relatório que mostra como votou o senador em todas as sessões plenárias.

Neste documento, vem especificada a data, número e teor da matéria, além do voto do parlamentar (que pode ser Sim,

Não ou Abstenção) e o resultado final da votação (veja exemplo na figura abaixo). Quando o parlamentar não tiver votado, aparecerá a palavra "Ausente".

No caso das votações secretas, como nas indicações de autoridades para cargos como embaixador, ministro de tribunais superiores, diretores de agências reguladoras, entre outras, em vez do voto aparece apenas a palavra "Votou". Vale lembrar ainda que, no campo em que aparece a descrição do que foi votado, muitas vezes o objeto de discussão não foi um projeto de lei, mas uma emenda a ele. Nesse caso, isso virá especificado. De qualquer modo, o novo serviço oferece um painel completo das votações e será de grande valia para a população e os pesquisadores que estudam o Parlamento brasileiro.



Novo serviço da Secretaria Geral da Mesa permite acompanhar o voto de cada senador desde 1996

Conheça o Senado

Túnel do Tempo, o resgate da memória

O Túnel do Tempo, nome criado pelos funcionários do Senado, passa por baixo de uma das principais avenidas de Brasília, o Eixo Monumental. O longo corredor, de 100 metros de comprimento e formato arredondado, liga o Anexo I e o edifício principal da Casa às novas edificações: Anexos II e IIB, onde ficam as comissões, a Consultoria Legislativa, o Auditório Petrônio Portella, gabinetes dos senadores, a biblioteca e outros setores.

No Túnel do Tempo, pode ser vista a exposição "Senado Brasileiro, do Império à República", onde estão documentos como a autorização dada pela Câmara dos Deputados para que o presidente Getúlio Vargas decretasse estado de sítio no país, em 25 de novembro de 1935. Todos os documentos são acompanhados de fotos e textos explicativos.

Antigas células de dinheiro brasileiro

em que aparecem desenhos das sedes do Senado – Conde dos Arcos, Palácio Monroe e o atual Palácio do Congresso – estão expostas em uma das vitrines. Algumas

das notas guardam semelhanças com o dólar norte-americano, trazem o nome Estados Unidos do Brasil, escrito com z, e não República Federativa do Brasil,

escrito com s. As notas eram feitas na American Note Bank Company.

Nas vitrines, também estão documentos relacionados ao fim da escravidão, como a proposta da Lei Áurea, da Câmara dos Deputados, documento que serviu de base à Lei do Ventre Livre, que determinava a liberdade dos filhos das escravas em relação aos senhores. O projeto original foi dos senadores do Império visconde do Sapucaí e visconde de São Vicente. A estátua do visconde do Rio Branco, condutor da Lei do Ventre Livre, está no Túnel do Tempo, assim como as da princesa Isabel e de seu pai, dom Pedro II, que deu ordem ao Senado para a decisão final sobre a abolição.



Túnel de cem metros de comprimento e formato arredondado abriga a exposição "Senado Brasileiro, do Império à República"

Visitas de 2ª a 6ª às 9h30, 10h30, 11h30, 14h30, 15h30 e 16h30. Sáb., dom. e feriado, saídas de hora em hora, das 10h às 14h

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi

Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo L. de Araújo, Sergio L. G. da Silva, Osmar Miranda e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral

Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazilio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

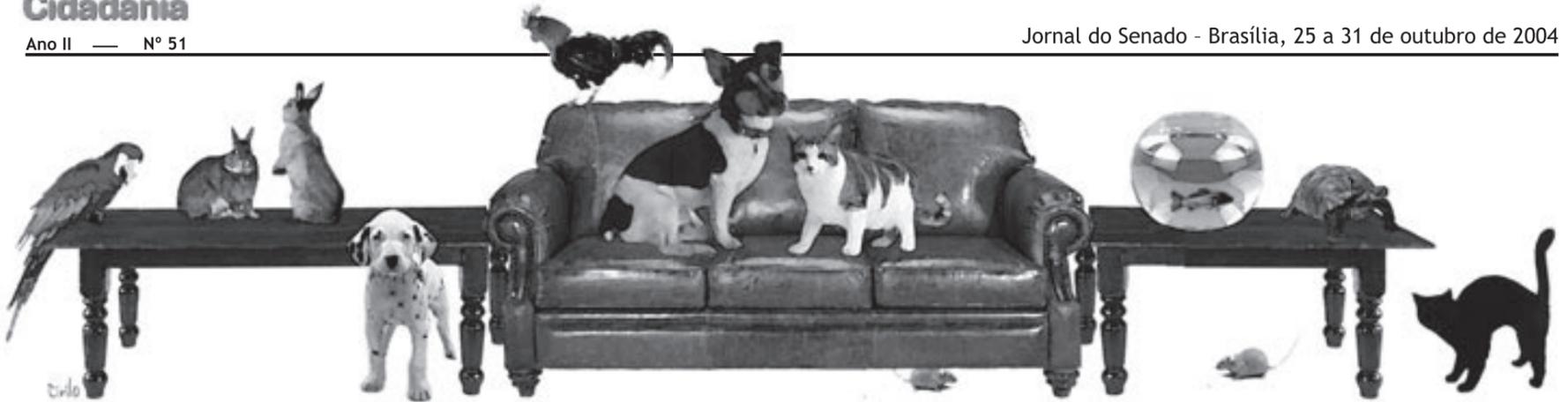
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Evite que animais domésticos transmitam doenças

Os animais fazem companhia ao homem há milênios. Cães e gatos são os mais domesticados e lideram na preferência das pessoas, mas não são as únicas espécies a integrarem o ambiente domiciliar.

Estudos comprovam os benefícios que os

animais oferecem às pessoas. Eles minimizam a solidão, ajudam no desenvolvimento de crianças e são suporte para aqueles com necessidades especiais, propiciando melhoras físicas e emocionais. Para uma convivência saudável e sem riscos, é preciso que os donos tomem alguns cuidados,

como vacinação e higiene, para que os animais domésticos não sejam transmissores de doenças.

Nesta edição do *Especial Cidadania*, conheça as doenças transmissíveis, os perigos que os bichos podem representar para o homem, os cuidados necessários e telefones úteis.

Cuidados básicos para fugir dos problemas



Campanhas de vacinação contra raiva são realizadas pelos serviços públicos de saúde

- Ao adquirir um animal, leve-o para ser examinado por um veterinário.
- Vacine-o regularmente conforme o calendário específico para a espécie, determinado pelo veterinário.
- Mantenha o animal livre de pulgas, carrapatos e parasitas intestinais.
- Não compartilhe alimentos ou utensílios pessoais com os animais, por exemplo a cama.
- Tenha em casa local apropriado, limpando-o periodicamente, para a urina e as fezes do animal.
- Recolha as fezes de gramados e calçadas para não contaminar o ambiente.
- Mantenha os animais restritos ao domicílio.
- Mantenha o lixo em local apropriado e fechado para que os animais não te-

nham acesso e não atraia ratos e outros animais silvestres.

- Evite carinhos como beijos ou lambidas muito próximas ao rosto.
- Mantenha os animais limpos, banhando-os e fazendo a higienização da cama onde eles dormem.
- Não deixe restos de comida na vasilha em que o animal se alimenta. Isso pode atrair outros animais. Lave diariamente o utensílio.
- Em casos de mordida, lave o ferimento imediatamente com água e sabão e procure assistência médica.

Crianças, idosos, gestantes e imunossuprimidos são mais suscetíveis às doenças e devem ter cuidado redobrado no trato com os animais. Peça orientação a um médico ou a um veterinário.

Doenças mais importantes

Raiva – O vírus é transmitido por cão, gato, primatas, cavalo e morcego, tanto pela mordida quanto pela saliva, se esta entrar em contato com mucosas ou lesão da pele. Em caso de mordida, procure um posto de saúde para tomar as vacinas, pois sem elas a doença mata em 100% dos casos. O cão raivoso perde o apetite, baba muito, anda sem rumo e tem crises de furor durante as quais morde as pessoas ou outros animais.

Doenças de pele – São as mais transmitidas por cães e gatos, por meio dos pêlos e da saliva, que também geram problemas alérgicos. Sarna e as micoses são transmitidas por cão, gato, coelho e cavalo, pelo contato direto com o animal doente. Para prevenir, mantenha limpos o animal e o local onde ele fica. Se apresentar coceiras ou queda de pêlos, leve-o ao veterinário.

Brucelose – Transmitida por vacas, cabras, porcos e cães, por meio das secreções vaginais, fetos e restos de parto, ou pela ingestão de leite cru ou queijo fresco

provenientes de animais contaminados. Os machos contagiam as fêmeas no acasalamento.

Leptospirose – Transmitida pela urina ou pela água contaminada com urina de ratos e cães. As *leptospiras*, que provocam a doença, penetram nas mucosas, ferimentos da pele ou pela ingestão da água contaminada. É comum aparecerem surtos de leptospirose em épocas de enchentes.

Toxoplasmose – Provocada por parasita que se aloja no intestino dos felinos, chega ao homem pelo contato com as fezes do animal. Também pode ser adquirida pela ingestão de carne crua ou mal cozida e leite cru. As gestantes devem ter cuidado, pois o parasita pode chegar ao feto provocando aborto e má-formação.

Criptococose – O fungo pode ser transmitido por cão, gato, ovinos, primatas e pombos, por meio da aspiração do pó com o *criptococo*. Não deixe que os pombos façam ninhos no forro de sua casa e, se for

limpar os excrementos, use máscara.

Larva migrans – Conhecida como bicho geográfico, é adquirida pelas fezes dos cães, principalmente na praia, escolas, parquinhos ou casas onde possa haver areia contaminada. Caso você crie cães, não deixe que evacuem nas praias. Recolha as fezes dos gramados, parques e calçadas.

Vermes – Podem ser transmitidos pelas fezes e lambidas de cães e gatos. O contágio também pode ser pela contaminação da água e alimentos com os quais os animais tenham tido contato, ou ainda pela areia contaminada com fezes. Os animais eliminam ovos de vermes que ficam aderidos aos pêlos. As pulgas fazem parte do ciclo de transmissão, e a ingestão acidental de pulgas ou ovos leva à contaminação.

Com consultoria de Christine Souza Martins, médica-veterinária, professora da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB).

Atenção com outros animais que entram em casa sem convite

Animais como morcegos, pombos e escorpiões, também encontrados nas cidades, são uma porta de entrada para males como raiva, problemas respiratórios e intoxicações. Veja o que fazer nesses casos:

Morcego – Os que são encontrados em ambientes urbanos se alimentam, geralmente, de frutos. Mesmo assim podem transmitir a raiva. Não tente agarrá-los ou matá-los. Chame o centro de controle de zoonose de

sua cidade, que fará a captura dos animais. Use telas nas janelas para impedir que entrem na casa.

Pombos – A proximidade com as aves pode causar problemas dermatológicos, como sarna, micose e alergias. Fungos presentes nas fezes do animal podem causar a criptococose. A ingestão de alimentos contaminados pelas fezes pode causar infecções intestinais. Nunca alimente pombos e, na

existência das aves perto de sua moradia, peça orientação à Secretaria de Meio Ambiente para saber como proceder.

Escorpiões – Para combatê-los, limpe os locais em que podem se alojar, como caixas de inspeção de água, esgoto, eletricidade e telefone. Eles gostam de lugares úmidos. A pessoa que tenha sido picada deve procurar imediatamente atendimento médico. O sintoma mais comum é dor intensa.

Informações

Disque Saúde: 0800 61-1997

Centros de intoxicações: 0800 78-0200; 0800 41-0148; 0800 14-8110; 0800 284-4343; 0800 643-5252; 0800 771-3733. Centrais regionais para informações sobre intoxicações com plantas, animais, remédios ou produtos.

Linha Verde do Ibama: 0800 61-8080 Denúncias de agressões ao meio ambiente. Horário: 8h às 19h, segunda a sexta-feira.

Núcleo de Pesquisas em Zoonoses Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Unesp)
Tel: (14) 3811-6270
www.fmvz.unesp.br

Conselho Federal de Medicina Veterinária
Tel: (61) 322-7708
www.cfmv.org.br

Proteção dos Animais Sociedade União Internacional de Proteção aos Animais (Suipa)
Tel: (21) 2501-1529
www.suipa.org.br/

Associação Humanitária de Proteção e Bem-Estar Animal (Arca) Brasil
arcabrasil@arcabrasil.org.br
www.arcabrasil.org.br

Pró-Carnívoros - Associação para Conservação dos Carnívoros Neotrópicos
Tel: (11) 4411-6966
www.procarcivoros.org.br

Carrocinha Nunca Mais
www.carrocinhanuncamais.com

Centros de controle de zoonoses no Brasil

São instituições municipais, geralmente vinculadas ao órgão de saúde local, com competência para manter as condições de controle de zoonoses e de agravos causados por animais. Em alguns municípios, o órgão apreende ou recolhe animais, entre outros serviços. Abaixo, os telefones do CCZ nas capitais:

Rio Branco (AC) - Tel.: (68) 221-3561

Macapá (AP) - Tel.: (96) 222-4175

Maceió (AL) - Tel.: (82) 373-9182

Manaus (AM) - Tel.: (92) 625-2655

Salvador (BA) - Tel.: (71) 3506-8868

Fortaleza (CE)
Tel.: (85) 3216-1820 e 3216-1877

Brasília (DF)
Tel.: (61) 341-2456 e 341-1900

Vitória (ES)
Tel.: (27) 3382-6751 e 3382-6753

Goiânia (GO)
Tel.: (62) 524-1903 e 524-1906

São Luiz (MA) - Tel.: (98) 245-8668

Cuiabá (MT) - Tel.: (65) 617-1680

Campo Grande (MS) - Tel.: (67) 314-5000 e 314-5001

Belo Horizonte (MG)
Tel.: (31) 3277-7802 e 3277-9546

Belém (PA) - Tel: (91) 227-2088

João Pessoa (PB) - Tel.: (83) 218-9357

Curitiba (PR) - Disque Zoonoses: 156

Recife (PE)
Tel.: (81) 3241-4183 e 3241-5652

Teresina (PI) - Tel.: (86) 215-9143

Porto Alegre (RS) - Tel.: (61) 446-8500

Natal (RN) - Tel.: (84) 214-2157

Rio de Janeiro (RJ)
Tel.: (21) 3395-2190

Porto Velho (RO) - Tel.: (69) 222-3509

Boa Vista (RR) - Tel: (95) 623-1585

Florianópolis (SC) - Tel: (48) 239-1580

Aracaju (SE) - Tel.: (79) 9989-1000

São Paulo (SP) - Tel.: (11) 3227-3946

Palmas (TO) - Tel.: (63) 218-5144 e 218-5169